



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 177/2026 - COMPRASGOV N.º 90177/2026**

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	0715.004345.00105/2025-83
<b>ÓRGÃO CONTRATANTE:</b>	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
<b>UASG:</b>	<b>927996</b>
<b>MODALIDADE:</b>	<b>PREGÃO</b>
<b>FORMA:</b>	<b>ELETRÔNICO</b>
<b>SRP:</b>	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
<b>VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>VALOR ORÇADO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[ ] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
DATA DA ABERTURA:	29/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	14/05/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e/ou <a href="http://www.licitacao.ac.gov.br">http://www.licitacao.ac.gov.br</a>
PREGOEIRO(A):	Janaina Vasconcelos Cunha
DECRETO NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento, instalação e integração de Sistemas Audiovisuais**, visando modernização do auditório e salas de reuniões localizadas no prédio sede da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, para proporcionar uma melhor experiência para os espectadores presenciais e garantir acessibilidade durante a realização de eventos institucionais, como reuniões, seminários, congressos, simpósios e palestras. Além disso, busca-se melhorar a qualidade das transmissões quando realizadas, garantindo maior eficiência operacional e aprimorando a comunicação institucional, conforme as quantidades, condições e exigências.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência

**Anexo II:** Minuta de Contrato

**Anexo III:** Modelo de Proposta de Preços

## 2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

2.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

2.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

2.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

2.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

3.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

3.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e](#)

Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP. Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

3.4. O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens **3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. 148 do Decreto Estadual 11.363/2023.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021.

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. **Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 6.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 6.5**.
- 6.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances,



## **7. DA SESSÃO PÚBLICA**

- 7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
  - II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
  - III - divulgação do resultado da habilitação;
  - IV - disputa entre os licitantes habilitados;
  - V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
  - VI - divulgação do resultado do julgamento; e
  - VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 7.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE.
- 8.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua is entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 8.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.
- 8.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

- 8.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 8.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 8.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 8.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 8.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 8.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração

Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.21.2. empresas brasileiras;

8.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.

8.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

8.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

8.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

8.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

8.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.

8.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.

8.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

8.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

8.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

8.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

8.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo III deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.

8.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

8.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

8.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

8.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

8.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## **9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE**

- 9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 9.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 9.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 9.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 9.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 9.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 9.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 9.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 9.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 9.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 9.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 9.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 9.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 9.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 9.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 9.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 9.14. **DA AMOSTRA**
- 9.15. Será conforme descrito no Termo de Referência - **ITEM 5.2.20.**

## 10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 10.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 10.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:
- 10.3.1. **Habilitação Jurídica**
- a) Contrato social ou instrumento equivalente.
- 10.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 10.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**
- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
- b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 10.3.4. **Qualificação Técnica**
- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital - ITEM 10.3**
- 10.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.
- 10.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 10.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 10.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

10.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

10.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

10.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

10.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

10.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

10.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

10.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **11. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

11.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

11.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

11.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

11.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

11.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

11.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

11.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

11.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

12.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

12.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

12.3. A apreciação se dará em fase única; e

12.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

12.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

12.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

12.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

12.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

12.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

12.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

13.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

13.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

13.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

13.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

## 14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.1. Não se aplica. Quando o termo de referência for omissivo e o objeto for de aquisição de bens ou serviços comuns.

## 15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. Não se aplica.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. **Será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital - ITEM 13.**

- 17. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO**
- 17.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 18. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO**
- 18.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 19.1. **Haverá** garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital - **ITEM 12.**
- 20. DO TERMO DE CONTRATO**
- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**
- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo II deste Edital.
- 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 22.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.
- 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 23.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
- 23.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
- 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
- 24.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).
- 24.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 24.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
- 24.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 24.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

- 24.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
- 24.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
- 24.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
- 24.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 24.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 24.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 24.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
- 24.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.
- 24.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).
- 24.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

**Katheryne Cássia de Q. Almeida Silva**  
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **KATHERYNE CÁSSIA DE QUEIROZ ALMEIDA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 13/05/2026, às 09:53, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020792877** e o código CRC **B984C76A**.



## ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8/2026/SEFAZ - DILIC

Processo nº 0715.004345.00105/2025-83

#### AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS AUDIOVISUAIS DE PADRÃO PROFISSIONAL

##### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e com o Decreto Estadual nº 11.363 de 22 de novembro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação. O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do fornecedor, sejam por licitação ou por contratação direta.

1.2. O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após análise das prováveis possibilidades e soluções possíveis e existentes no mercado, definir, através de um posicionamento conclusivo sobre a adequação da melhor solução da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

##### 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (L EI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “A” – DECRETO ESTADUAL 11.363/2023, ART. 94, I)

###### 2.1. Objeto

2.1.1. O presente tem por objeto a **Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento, instalação e integração de Sistemas Audiovisuais**, visando modernização do auditório e salas de reuniões localizadas no prédio sede da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, para proporcionar uma melhor experiência para os espectadores presenciais e garantir acessibilidade durante a realização de eventos institucionais, como reuniões, seminários, congressos, simpósios e palestras. Além disso, busca-se melhorar a qualidade das transmissões quando realizadas, garantindo maior eficiência operacional e aprimorando a comunicação institucional, conforme as quantidades, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

###### 2.2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.2.1. Em um momento em que a Administração Pública é desafiada a tornar-se mais eficiente, transparente, acessível e tecnologicamente integrada, a Secretaria de Estado da Fazenda do Acre (SEFAZ/AC) identifica, com precisão estratégica, a urgência de modernizar de forma ampla e estrutural os espaços institucionais destinados à realização de eventos técnicos e administrativos. Com destaque para o auditório e as salas de reuniões localizadas em sua sede, mais do que uma simples reposição de equipamentos ou uma atualização estética, esta iniciativa representa um **salto de qualidade no padrão de entrega do serviço público**, mediante a implantação de um ecossistema audiovisual de última geração, concebido para integrar tecnologia, acessibilidade, desempenho e governança.

2.2.2. A atual conjuntura, marcada pela ausência ou insuficiência de soluções técnicas adequadas, não mais atende às exigências da era digital, na qual a comunicação institucional precisa ser precisa, interativa, responsiva e universalmente acessível. A ausência de infraestrutura compatível compromete não apenas a experiência do público, mas sobretudo a efetividade das decisões, a transparência dos atos administrativos e a visibilidade das ações de governo.

2.2.3. Assim, a presente contratação visa a implantação de um **ambiente inteligente e imersivo**, onde cada componente, do áudio à imagem, do controle à automação, seja parte de uma arquitetura funcional e harmônica, capaz de sustentar com excelência:

- Reuniões técnicas de alto nível e sessões deliberativas;
- Capacitações presenciais e híbridas;
- Transmissões ao vivo de eventos institucionais;
- Conferências, simpósios, fóruns, audiências públicas e coletivas de imprensa;
- Produção de conteúdo institucional multimídia, como podcasts, vídeos educativos e comunicados oficiais.

2.2.4. O projeto contempla a **aquisição, instalação e integração de sistemas audiovisuais de padrão profissional**, incluindo:

- **Soluções de sonorização** com captação de voz refinada, distribuição acústica inteligente e recursos de automação sonora;

- **Sistemas de vídeo em alta definição** com câmeras PTZ robotizadas, painéis LED de grande formato e estações de corte e transmissão compatíveis com múltiplas plataformas digitais;
- **Automação centralizada** dos ambientes, com operação por interfaces táteis e lógicas de programação customizadas;
- **Infraestrutura de acessibilidade comunicacional**, com suporte para intérprete de Libras, microfones compatíveis com aparelhos auditivos, integração com tecnologias assistivas e parâmetros que assegurem plena inclusão de pessoas com deficiência.

2.2.5. Não se trata apenas de equipar salas, mas de **transformar espaços físicos em ambientes de governança pública eficiente e inclusiva**. Ambientes onde a tecnologia deixa de ser ferramenta pontual e passa a ser **infraestrutura estratégica de Estado**, transversal às áreas de planejamento, orçamento, gestão de pessoas, controle interno e relacionamento com a sociedade. Este investimento não é apenas desejável, mas **inegavelmente necessário**. Ao responder às demandas da comunicação moderna e aos preceitos constitucionais da acessibilidade e da publicidade dos atos administrativos, a SEFAZ/AC reafirma seu compromisso com a inovação, a legalidade e a prestação de serviços públicos com padrão de excelência.

2.2.6. Como os equipamentos atualmente disponíveis encontram-se defasados ou são inexistentes, impossibilitando a execução de gravações com qualidade profissional e dificultando a cobertura de eventos institucionais. A ausência de um sistema de som e imagem adequado compromete a experiência do público, dificultando a compreensão das falas e a interação com o conteúdo apresentado. Dessa forma, a atualização dos equipamentos garantirá um espaço mais funcional e alinhado com as boas práticas de modernização tecnológica e inclusão.

2.2.7. Os itens a serem adquiridos incluem câmeras filmadoras, microfones, tela verde retrátil para Chroma Key, webcams, placas de vídeo, painéis de led, caixas de som Bluetooth, caixas de som ativas, subwoofers ativos, fones de ouvido, tripés e demais acessórios necessários para o funcionamento e instalação adequada dos equipamentos.

2.2.8. Propõe-se a aquisição e instalação de um conjunto diversificado de equipamentos audiovisuais para modernização do auditório e salas de reuniões da Secretaria de Estado da Fazenda do Acre (SEFAZ-AC), visando proporcionar uma melhor experiência para os espectadores presenciais e garantir também, a participação online e acessibilidade durante a realização de eventos institucionais, como reuniões, seminários, congressos, simpósios e palestras.

2.2.9. O quantitativo foi definido com base em um levantamento realizado pela equipe técnica da SEFAZ-AC, considerando as necessidades e o aprimoramento da acessibilidade. Dessa forma, a aquisição desses equipamentos garantirá um espaço mais moderno, eficiente e acessível, permitindo que os eventos institucionais sejam realizados com maior qualidade, inclusão e inovação tecnológica.

2.2.10. As especificações detalhadas dos itens constam no **APÊNDICE “A”** – Especificação Técnica Detalhada do Equipamentos e Serviços.

Item	Descrição dos Serviços	Unid	Qtde	Valor Unitário	Valor Anual
	<b>Auditório</b>				<b>R\$</b>
1	Equipamentos - fornecimento	Unid	01		
2	Execução Infraestrutura	Unid	01		
3	Instalações dos equipamentos	Unid	01		
4	Programação equipamentos	Unid	01		
5	Treinamento equipe da contratante	Unid	01		
	<b>Podcast Móvel</b>				
6	Equipamentos - fornecimento	Unid	01		
7	Instalação dos equipamentos	Unid	01		
8	Programação equipamentos	Unid	01		
9	Treinamento equipe da contratante	Unid	01		
	<b>Salas de Reunião</b>				
10	Equipamentos - fornecimento	Unid	04		
11	Instalação Sala de Reunião	Unid	04		
12	Programação Sala de Reunião	Unid	04		
13	Treinamento equipe da contratante	Unid	04		

Item	Descrição dos Serviços	Unid	Qtde	Valor Unitário	Valor Anual
	<b>Total</b>	XXX	XX	XXXXXXXXX	

### 2.3. Natureza do objeto

2.3.1. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns para fins do disposto no Art. 6º, XIII e XLI, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Art. 2º, XXXVIII, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, uma vez que as especificações adotadas possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usuais no mercado.

2.3.2. O objeto desta contratação **não se enquadra na categoria de bem de luxo**, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 10.472, de 11 de novembro de 2021.

### 2.4. Justificativa da adjudicação por lote

2.4.1. Justifica-se a adoção de menor preço por lote (grupo de itens afins), pois já é de praxe nas licitações de equipamentos realizadas por este órgão a adoção de tal procedimento.

2.4.2. A opção pela adjudicação por lote foi adotada, ainda, com o objetivo de facilitar a gestão da contratação e garantir maior economia na contratação, reduzindo custos administrativos e de logística. A adjudicação por lote apresenta diversas vantagens. Primeiramente, sob o aspecto técnico, a contratação por lote permite a obtenção de bens ou serviços que apresentam complementariedade, garantindo maior padronização e eficiência na execução contratual, além de evitar problemas de compatibilidade entre diferentes fornecedores. Além disso, a eficiência administrativa é um fator relevante, pois a adjudicação por lote reduz a fragmentação dos contratos, facilitando o gerenciamento e a fiscalização dos serviços ou fornecimentos, o que otimiza os recursos da Administração. No que se refere à vantagem econômica, a negociação de volumes maiores dentro de um mesmo lote pode gerar economias de escala, possibilitando melhores condições comerciais, redução de custos logísticos e maior competitividade na disputa.

2.4.3. Dessa forma, a adjudicação por lote é justificada pela necessidade de otimizar a gestão da contratação dos serviços, buscando economias de escala na negociação e redução de custos logísticos. Ao agrupar diferentes tipos de equipamentos em um lote, a administração pública pode obter melhores preços e condições comerciais mais favoráveis, facilitando a gestão da contratação e aumentando a competitividade entre os prováveis fornecedores.

2.4.4. Diante do exposto, com base no Art. 40, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada (TCU, Acórdãos nº 5260/2011; 3140/2006 e 3041/2008), conclui-se que a adjudicação por lote no presente certame é a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo maior eficiência, melhor gestão contratual e maior economicidade.

### 2.5. Prazo de execução/instalação do objeto

2.5.1. O prazo máximo para execução do objeto não deverá ultrapassar **60 (sessenta) dias**, incluídas as etapas de entrega dos equipamentos, instalação, configuração e aceite definitivo da solução, contado a partir da data de assinatura do contrato. Sendo da seguinte forma os prazos:

- até 30 (trinta) dias para entrega dos equipamentos e insumos;
- até 30 (trinta) dias adicionais para realização da instalação, configuração e pleno funcionamento da solução.

2.5.2. Na hipótese de a empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da execução contratual, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que devidamente justificada, acompanhada de prova documental do justo motivo alegado, e que o pedido seja formalmente encaminhado ao fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente.

2.5.3. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista na legislação pertinente realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 11.363, de 2023.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (L EI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “B” – DECRETO ESTADUAL 11.363/2023, ART. 94, II)

### 3.1. Justificativa da necessidade da contratação

3.1.1. A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, no exercício de suas atribuições institucionais, desempenha papel fundamental na administração tributária, sendo responsável pela arrecadação, gestão e fiscalização das receitas públicas estaduais. Nesse contexto, a Secretaria atua diretamente no relacionamento com contribuintes, instituições, entidades representativas e demais atores envolvidos no sistema tributário, sendo essencial que disponha de infraestrutura adequada para a realização de reuniões técnicas, apresentações institucionais, capacitações, eventos e ações de orientação ao público.

3.1.2. Diante da crescente complexidade das atividades desenvolvidas pela administração tributária, bem como da constante evolução tecnológica que permeia os processos de gestão pública, torna-se imprescindível que a infraestrutura da Secretaria acompanhe esse avanço, garantindo melhores condições para comunicação institucional, disseminação de

informações e interação com os diversos públicos atendidos.

3.1.3. Entretanto, verificou-se que os ambientes atualmente utilizados para reuniões, apresentações e eventos institucionais possuem equipamentos audiovisuais tecnologicamente defasados ou, em alguns casos, inexistentes, o que limita a qualidade das atividades realizadas e dificulta a adequada transmissão de conteúdos técnicos e institucionais. Essa limitação impacta diretamente a clareza das informações apresentadas, reduzindo a efetividade das ações de orientação, capacitação e comunicação desenvolvidas pela Secretaria.

3.1.4. Além disso, o prédio sede da SEFAZ encontra-se atualmente em processo de reforma, circunstância que cria uma oportunidade estratégica para a implementação simultânea da modernização tecnológica dos ambientes institucionais. A realização dessas adequações durante o período de reforma possibilita a instalação planejada dos equipamentos e da infraestrutura necessária, evitando intervenções posteriores, retrabalhos estruturais e eventuais interrupções das atividades administrativas.

3.1.5. Assim, o momento atual apresenta-se como especialmente oportuno para a execução da modernização pretendida, permitindo que as melhorias tecnológicas sejam integradas às adequações físicas do edifício, com maior eficiência na execução e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

3.1.6. A contratação proposta tem como objetivo a aquisição e implementação de equipamentos audiovisuais modernos, incluindo fornecimento, instalação, configuração e entrega em pleno funcionamento, destinados a proporcionar melhores condições para realização de reuniões, capacitações, apresentações técnicas, seminários, palestras e demais eventos institucionais promovidos pela Secretaria.

3.1.7. A disponibilização desses recursos permitirá elevar o padrão de qualidade das apresentações e comunicações institucionais, favorecendo a transmissão mais clara, objetiva e acessível das informações, especialmente aquelas destinadas à orientação de contribuintes e demais usuários dos serviços prestados pela SEFAZ.

3.1.8. Além disso, a modernização tecnológica contribuirá para:

- Aprimorar a comunicação institucional entre a Administração e os contribuintes;
- Facilitar a compreensão de temas tributários e fiscais frequentemente apresentados em eventos, treinamentos e reuniões técnicas;
- Ampliar a qualidade das capacitações internas e externas promovidas pela Secretaria;
- Proporcionar ambientes mais adequados para debates técnicos e construção de soluções administrativas;
- Fortalecer as ações de transparência e orientação fiscal.

3.1.9. Dessa forma, a contratação apresenta-se como medida necessária para superar as limitações atualmente existentes, modernizar a infraestrutura tecnológica da Secretaria e assegurar melhores condições para o desenvolvimento das atividades institucionais, contribuindo para uma comunicação mais eficiente e acessível entre a Administração Tributária e a sociedade..

### 3.2. **Justificativa para o parcelamento ou não da contratação (Decreto Estadual 11.363/2023 - Art. 94, IV)**

3.2.1. Considerando que se trata de aquisição de equipamentos visando locais específicos – prédio sede e anexo da SEFAZ - à contratação se aplica o princípio da padronização, a fim de que os produtos comprados tenham entre si compatibilidade das especificações estéticas, técnicas, de desempenho, bem como uniformidade de garantia e assistência. Assim, o parcelamento não é aplicável à totalidade do objeto e o julgamento por lotes possui potencial de gerar a máxima eficiência às aquisições, balanceando a economia de escala em função do alto volume físico e financeiro de cada grupo, e ainda por permitir (I) redução de custos de gestão de contratos; (II) e mitigação do risco de descaracterização do conjunto do objeto pretendido. Portanto, pelo alto volume de itens, e considerando principalmente os princípios da eficiência, do planejamento, da eficácia, da razoabilidade, da proporcionalidade, e da economicidade, o agrupamento de alguns itens de mesma natureza a serem adquiridos pelo mesmo fornecedor garante a seleção da proposta mais vantajosa pela Administração.

3.2.2. Também, não é recomendável a divisão em cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006; e do Decreto Federal nº 8.538, de 6/10/2015, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em face do princípio da padronização, descrito na Alínea “a”, Inciso V do Art. 40 da Lei n. 14.133/2021. Assim, a constituição de cotas reservadas na aplicação do benefício previsto no Inciso III do Art. 49 da Lei Complementar 123/2006 e do Inciso II do Art. 10 do Decreto Federal nº 8.538/2015, por meio da divisão de cada item em duas cotas distintas (‘reservada’ - de até 25% - e ‘principal’ - de até 75%), ocasiona, na prática, uma multiplicação - por dois - dos itens originalmente previstos, podendo redundar, ainda, na formalização de contratos com empresas diferentes, para a entrega de produtos não necessariamente idênticos - ainda que similares - e com preços unitários diversos, o que pode virtualmente inviabilizar não apenas a logística de entrega dos bens como a própria gestão dos contratos advindos do certame. Tal situação é altamente custosa administrativamente. Outro risco a que se submete a Administração, no presente processo, caso se opte pela formação de cotas, seria de mercado, na medida em que empresas fornecedoras, na qualidade de ME/EPP, possuem limitações econômico-financeiras, estruturais, de logística – inerentes ao porte de tais empreendimentos - resultando, ao cabo, em baixa capacidade de fornecimento prejudicando o atendimento das necessidades da Administração. Tal situação possui alto

potencial de aumentar as chances de itens licitados sejam ao final fracassados, ou tenham na execução dos contratos níveis de serviço logísticos aquém dos critérios estabelecidos no Edital.

3.2.3. Desta forma, pelo quanto exposto, considerando toda a logística de execução do objeto, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da divisão em cotas, não se mostra vantajoso para a Administração

### 3.3. **Previsão no plano de contratação anual**

3.3.1. A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratação Anual - PCA/SEFAZ/2025.

## 4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (L EI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “C” – DECRETO ESTADUAL, ART. 94, VI)**

4.1. A solução proposta consiste na aquisição, instalação, integração e comissionamento de equipamentos audiovisuais profissionais destinados à modernização tecnológica do auditório e das salas de reuniões da Secretaria de Estado da Fazenda do Acre – SEFAZ/AC, incluindo infraestrutura complementar, treinamento operacional e serviços de garantia e manutenção preventiva.

4.2. A necessidade da contratação decorre da constatação de que a infraestrutura atualmente disponível não atende mais às exigências contemporâneas da Administração Pública, especialmente no que se refere à comunicação institucional eficiente, acessibilidade, realização de eventos híbridos e transparência administrativa. O próprio Estudo Técnico Preliminar (0017309877) evidencia que a ausência de soluções tecnológicas adequadas compromete a qualidade das transmissões, a experiência dos usuários e a efetividade das atividades institucionais realizadas nesses ambientes

4.3. Nesse contexto, a aquisição permanente de equipamentos audiovisuais (Solução B), mostrou-se tecnicamente mais vantajosa quando comparada à alternativa de locação, uma vez que proporciona maior disponibilidade operacional, autonomia institucional e melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida dos equipamentos.

### I - **Justificativa Técnica da Solução Integrada**

A contratação contempla uma solução integrada composta por sistemas de áudio, vídeo, automação, transmissão e acessibilidade, concebidos como um ecossistema tecnológico único e interoperável. Tal abordagem é necessária porque os equipamentos operam de forma interdependente, exigindo compatibilidade técnica e integração funcional para garantir pleno desempenho operacional.

A adoção de uma solução unificada permite:

- funcionamento harmonizado entre som, imagem e controle;
- automação de ambientes institucionais;
- realização de eventos presenciais, híbridos e remotos;
- gravação e transmissão institucional com qualidade profissional;
- padronização tecnológica dos ambientes.

O ETP destaca que a contratação integrada evita incompatibilidades técnicas, atrasos de implantação e perda de eficiência administrativa, garantindo a entrega coordenada e funcional de todo o sistema audiovisual.

### II - **Benefícios Institucionais Esperados**

A implementação da solução proporcionará benefícios diretos e mensuráveis à Administração Pública, destacando-se:

#### a) **Modernização tecnológica**

A instalação de equipamentos audiovisuais de última geração eleva o padrão tecnológico institucional, alinhando a SEFAZ/AC às práticas modernas de transformação digital do setor público.

#### b) **Melhoria da comunicação institucional**

A melhoria da qualidade de áudio e vídeo possibilita transmissões claras e profissionais, ampliando o alcance das ações governamentais e fortalecendo a transparência pública.

#### c) **Eficiência operacional**

A automação e padronização reduzem o tempo de preparação das reuniões e diminuem a dependência de suporte técnico especializado, aumentando a produtividade administrativa.

#### d) **Acessibilidade e inclusão**

A incorporação de recursos assistivos, como soluções compatíveis com LIBRAS e tecnologias inclusivas, garante participação plena de pessoas com deficiência, em conformidade com a legislação vigente.

#### e) **Autonomia administrativa**

A aquisição definitiva elimina a necessidade recorrente de locações, permitindo utilização imediata dos ambientes em demandas planejadas ou emergenciais.

#### f) **Redução de custos a médio e longo prazo**

A substituição de contratações eventuais por infraestrutura permanente reduz gastos indiretos, contratações emergenciais e custos logísticos recorrentes.

### III - **Benefícios da Modernização Tecnológica**

A modernização proposta representa um avanço estrutural na forma de prestação do serviço público, gerando impactos positivos em múltiplas dimensões:

#### **Transformação digital**

A solução viabiliza ambientes híbridos e conectados, compatíveis com plataformas de videoconferência e comunicação digital, ampliando a capacidade institucional de interação remota.

#### **Governança e transparência**

A gravação e disponibilização de eventos institucionais fortalecem mecanismos de controle social e publicidade dos atos administrativos.

#### **Confiabilidade operacional**

Ambientes com alta disponibilidade tecnológica reduzem falhas técnicas e interrupções, com metas de redução de falhas audiovisuais superiores a 30%.

#### **Melhoria da experiência do usuário**

Servidores, cidadãos e participantes passam a usufruir de ambientes modernos, com melhor inteligibilidade sonora, qualidade visual e maior engajamento nas atividades institucionais.

#### **Sustentabilidade administrativa**

A padronização tecnológica e o treinamento das equipes garantem uso eficiente dos recursos públicos e maior vida útil dos equipamentos.

### IV - **Alinhamento ao Interesse Público**

A contratação está alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- eficiência;
- economicidade;
- padronização;
- planejamento;
- gestão de riscos;
- melhoria contínua da prestação do serviço público

Além disso, a iniciativa segue práticas já adotadas por órgãos públicos de referência nacional, demonstrando aderência às melhores práticas de governança pública e modernização administrativa.

### V - **Conclusão**

Diante das análises técnicas, operacionais e econômicas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar e na Justificativa da contratação, conclui-se que a solução adotada representa a alternativa mais eficiente, sustentável e vantajosa para a Administração Pública.

A modernização tecnológica dos ambientes institucionais da SEFAZ/AC não se limita à aquisição de equipamentos, mas configura a implantação de uma infraestrutura estratégica de comunicação, acessibilidade e governança digital, capaz de elevar a qualidade dos serviços prestados, ampliar a transparência institucional e gerar ganhos permanentes de eficiência operacional.

#### 4.4. **Especificação resumida e estimativa da quantidade**

4.4.1. As especificações resumidas e as estimativas das quantidades são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Qtd
	Auditório		
1	Painel LED central	Un.	1
2	Painel LED lateral	Un.	1
3	Switcher de vídeo	Un.	1
4	Câmera PTZ tipo 1	Un.	3
5	Controlador PTZ	Un.	1
6	Matriz HDMI	Un.	1
7	Extensor HDMI	Un.	9
8	Púlpito Digital	Un.	1



9	Monitor - Tipo 2	Un.	1
10	Monitor - Tipo 3	Un.	2
11	Apresentador de conteúdo sem fio	Un.	1
12	Dispositivo de participação colaborativa	Un.	1
13	Microfone sem fio tipo bastão	Un.	2
14	Microfone sem fio tipo headset	Un.	2
15	Sistema de processamento de áudio - Tipo 1	Un.	1
16	Splitter de áudio	Un.	1
17	Amplificador - Tipo 1	Un.	1
18	Amplificador - Tipo 2	Un.	1
19	Caixas de som - Tipo 1	Un.	2
20	Caixas de som - Tipo 2	Un.	2
21	Caixas de som - Tipo 3	Un.	2
22	Caixas de som - Tipo 4	Un.	1
23	Processadora de automação	Un.	1
24	Tela de controle wireless	Un.	1
25	Rack de piso 44U's	Un.	1
Podcast móvel			
26	Monitor - Tipo 4	Un.	1
27	Switch de vídeo	Un.	1
28	Câmera PTZ tipo 1	Un.	2
29	Distribuidor de fone de ouvidos	Un.	1
30	Fones de ouvidos profissionais	Un.	5
31	Microfones para podcast	Un.	4
32	Fundo infinito verde	Un.	1
33	Tripé	Un.	2
Salas de reunião			
34	Monitor - Tipo 5	Un.	4
35	Câmera PTZ - Tipo 2	Un.	4
36	Sistema de processamento de áudio - Tipo 2	Un.	4
37	Microfone de teto	Un.	4
38	Amplificador - Tipo 3	Un.	4
39	Caixa de som - tipo 5	Un.	8
Serviços			
40	Execução de Infraestrutura - Auditório	Un.	1
41	Instalações - Auditório	Un.	1
42	Programação - Auditório	Un.	1
43	Treinamento - Auditório	Un.	1
44	Instalações - Podcast	Un.	1
45	Programação - Podcast	Un.	1
46	Treinamento - Podcast	Un.	1
47	Instalações - Salas de reuniões	Un.	4
48	Programação - Salas de reuniões	Un.	4
49	Treinamento - Salas de reuniões	Un.	4

\*As especificações detalhadas podem ser visualizadas no Apêndice “A” – Especificação Técnica Detalhada dos Equipamentos.

4.4.2. O serviço deve incluir todos os custos de cabeamento, instalação, insumos, mão de obra, tributos, transporte e todas as demais despesas para a implantação do sistema, sem quaisquer acréscimos à Contratante.

#### 4.5. Especificação detalhada dos itens

4.5.1. As especificações detalhadas dos itens constam no **APÊNDICE “A” – Especificação Detalhada**, anexo a este termo.

#### 4.6. Necessidade de disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e instrumentos.

4.6.1. A Empresa contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e instrumento necessário para a execução do objeto em perfeitas condições.

#### 4.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

4.7.1. Não haverá a necessidade de transição contratual.

#### 4.8. Propriedade intelectual

4.8.1. A presente contratação não implica em cessão ou transferência de quaisquer direitos de propriedade intelectual de qualquer das partes à outra parte. A Administração contratante obriga-se por si, seus diretores, servidores e colaboradores, a respeitar todos os direitos de propriedade intelectual da Empresa contratada e de seus eventuais licenciados.

#### 4.9. **Reajuste do preço contratado**

- 4.9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado e constante dos autos (art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 4.9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Empresa contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Administração contratante, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade (art. 6º, LVIII, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 4.9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Administração contratante pagará à Empresa contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 4.9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 4.9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 4.9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.9.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

#### 4.10. **Termo de contrato**

- 4.10.1. Considerando os volumes quantitativos e financeiros estimados, bem como a alta relevância da contratação para o órgão, sugere-se a elaboração de minuta de termo de contrato, como instrumento hábil de acordo de obrigações e direitos da Administração contratante com a(s) Empresa(s) contratada(s).
- 4.10.2. O prazo de vigência inicial da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, até 05 anos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4.11. **Extinção contratual**

- 4.11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 4.11.2. O contrato poderá, ainda, ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133 de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 4.11.3. A Empresa contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração contratante previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 4.11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- [a] Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - [b] Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - [c] Indenizações e multas
- 4.11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133 de 2021).
- 4.11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Empresa contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei nº 14.133 de 2021).

### 5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (LEI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “D” – DECRETO ESTADUAL, ART. 94, XIX)**

#### 5.1. **Cadastro de Credor na SEFAZ/AC**

- 5.1.1. Os empenhos são realizados através do sistema da SEFAZ/AC. Portanto faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC a ser providenciado da seguinte forma: Ao acessar o site [www.sefaz.ac.gov.br](http://www.sefaz.ac.gov.br), selecionar a guia de Serviços – Guia do Usuário – Cadastro de Credores. O site possui todas as orientações necessárias para registrar-se no Cadastro de Credores do Estado, para fins de recebimentos de valores junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo. Após a homologação da Licitação, a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetivar seu cadastro junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Acre, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis. O cadastro visa à emissão da nota de empenho e posterior pagamento, que se processa através de sistema

específico. Para maiores informações quanto ao cadastramento o representante da Empresa contratada poderá entrar em contato com a Secretaria da Fazenda do Estado do Acre através dos telefones (68) 3215-2121/3215-2123 ou pelo e-mail: [cadastrodecredoresac@gmail.com](mailto:cadastrodecredoresac@gmail.com)

## 5.2. Critérios de aceitação do objeto

5.2.1. A Administração contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Empresa contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Empresa contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2.2. A Empresa contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e seus anexos, sua proposta, preços, no contrato e na legislação pertinente, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.2.3. A Empresa contratada é a responsável por todos os custos e riscos com a entrega, montagem e instalação dos equipamentos, que deverão ser devidamente entregues, montados e instalados nos prédios sede e anexo da Secretaria de Estado da Fazenda, situada à Av. Benjamin Constant, 946, Centro, em Rio Branco - Acre.

5.2.4. A Empresa contratada deve ter experiência comprovada para o objeto licitado, garantindo a qualidade dos equipamentos entregues e dos serviços executados.

5.2.5. Após a adjudicação e homologação, será celebrado Termo de Contrato.

5.2.6. As comunicações entre a Administração contratante e a Empresa contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.2.7. Caberá à Empresa contratada arcar com os custos do frete (CIF) dos equipamentos, inclusive daqueles a serem substituídos.

5.2.8. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento, montagem ou instalação do objeto, a Empresa contratada fica obrigada a substituir o objeto ou **corrigir a montagem e instalação** no prazo máximo de até **15 (quinze)** dias, contados a partir da comunicação da recusa, sem ônus para a Administração contratante,

5.2.9. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado no item anterior, estará a Empresa contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste instrumento.

5.2.10. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigida na licitação, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

5.2.11. Nos termos do Art. 90 da Lei nº 14.133 de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 155, da mesma Lei, a(s) licitante(s) adjudicatária(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para realização do cadastro de seu representante legal no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, celebrar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

[a] SEI é o Sistema Eletrônico de informação onde tramita o processo digital da contratação e o cadastro da licitante adjudicatária. É obrigatório no prazo acima para fins de registro e assinatura dos instrumentos contratuais.

5.2.12. O contrato que vier a ser celebrado deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021 e, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2.13. O fornecimento dos equipamentos inclui os serviços de entrega, montagem, instalação, garantia e assistência técnica local, além do fornecimento de todo material necessário para a regular montagem e instalação.

5.2.14. O fornecimento de bem fora das especificações deverá ser trocado no prazo de até **15 (quinze)** dias, a contar da data de constatação do defeito.

5.2.15. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **15 (quinze)** dias, a contar da notificação da Empresa contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.2.16. Os prazos previstos no subitem anterior poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada da(s) Adjudicatária(s) e aceita pela Administração.

5.2.17. Os equipamentos deverão ser disponibilizados nas quantidades solicitadas e nas especificações exigidas neste Termo de Referência.

5.2.18. Os equipamentos/serviços devem ser entregues/executados dentro dos prazos acordados, garantindo a disponibilidade dos equipamentos quando necessários.

5.2.19. Os serviços de instalação dos equipamentos poderão ser executados por colaboradores da Empresa contratada ou credenciados/terceirizados/subcontratados e especializados, uniformizados, portando crachá da empresa, respondendo a Empresa contratada pelos danos ou prejuízos que possam por eles vir a ser causados.

5.2.20. Todos os equipamentos deverão ser de primeira linha, novos, de primeiro uso, originais, indicando a marca, modelo e referência, não se admitindo, sob hipótese alguma, equipamento defeituoso, fora do padrão ou de qualidade duvidosa, devendo ser apresentado catálogo do objeto ou documento equivalente ou link da rede mundial de computadores que direcione para verificação das informações requeridas, dotado de especificação técnica detalhada dos

equipamentos apresentados nas propostas de preços, que serão ratificados através de análise técnica pela equipe do órgão solicitante, sendo o processo suspenso para análise técnica e aprovação da amostra (se houver necessidade).

### 5.3. **Requisitos de sustentabilidade**

5.3.1. Aplica-se ao presente processo, no que couber, até a elaboração e implementação do Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS do órgão, previsto no **Art. 29**, do Decreto Estadual nº 13.163, de 22 de novembro de 2023, as disposições estabelecidas na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA - Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

*Art. 29. Os órgãos e as entidades deverão elaborar e implementar seu PLS de acordo com modelo de referência definido em ato do órgão ou entidade promotora da licitação.*

5.3.2. O impacto ambiental será mitigado com as medidas preventivas adotadas pela Administração contratante e Empresa contratada, as quais igualmente deverão ser promovidas em respeito à legislação ambiental de regência que serão objeto de aferição pelo gestor e fiscal do contrato oportunamente.

### 5.4. **Especificação e requisitos técnicos dos equipamentos ou serviços**

5.4.1. Como requisito elementar, os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

5.4.2. Os equipamentos demandam uma logística de média a alta complexidade no seu deslocamento, cujos custos de entrega até o local determinado pela Administração contratante, bem como a montagem e instalação, devem estar inclusos no preço dos produtos.

5.4.3. De forma a garantir a segurança da contratação, será exigido das licitantes que apresentem qualificação técnica minimamente suficiente para a segurança da contratação, além de outros requisitos legais descritos neste Termo de Referência.

5.4.4. Os equipamentos a serem fornecidos devem apresentar especificação técnica de acordo com a descrição, para que a aquisição supra as necessidades da Administração contratante. Os itens foram descritos conforme especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento de requisitos de qualidade.

5.4.5. As especificações detalhadas dos equipamentos integram este Termo de Referência na forma de apêndice.

### 5.5. **Garantia de execução contratual**

5.5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021](#), no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

5.5.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.5.3. No caso de seguro-garantia, sua contratação deverá ser comprovada em até 30 (trinta dias), contados da data da homologação do certame e anterior à assinatura do contrato (*texto compatibilizado com o art. 96, § 3º, da NLLC*).

5.5.4. A minuta de contrato apresentará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### 5.6. **Indicação de marcas ou modelos**

5.6.1. Não se verifica a necessidade da indicação de marcas ou modelos, como referência, nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021.

5.6.2. Não há vedação de contratação de marca ou produto (Art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

5.6.3. Quando da elaboração de sua proposta, as empresas participantes deverão informar marca/modelo e fabricante dos equipamentos ofertados para atender a solução proposta, afim de serem avaliados, pela equipe técnica da contratante, da compatibilidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

### 5.7. **Requisitos Legais**

5.7.1. A contratação deve obedecer às normas de licitações e contratos, de sustentabilidade do Governo Federal - especialmente da Política de Resíduos Sólidos - bem como as normas técnicas do mercado de equipamentos elétricos eletrônicos exemplificadas a seguir:

[a] Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[b] Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

[c] Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as alterações da Lei Complementar nº

147, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

[d] Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[e] Decreto Estadual nº. 4.735, de 17 de maio de 2016 – Dispõe sobre os procedimentos para licitação e acompanhamento dos contratos de serviços continuados que podem ser contratados de terceiros pelo Poder Executivo Estadual.

[f] Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023 – Regulamenta, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Acre, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

[g] Demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## 5.8. Requisitos técnicos

### 5.8.1. São requisitos de habilitação técnica a serem atendidos pela CONTRATADA:

- As empresas deverão comprovar a aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos definidos a seguir:
- Comprovação de que possui em seu quadro de pessoal, responsável(is) técnico(s) que deverá(ão) assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços contratados, compondo a respectiva equipe técnica, sendo pelo menos 1 (um) profissional na área de engenheiro elétrica, eletrônica ou telecomunicações, reconhecido pelo CREA.
- Deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha fornecido, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo total de equipamentos e serviços que compõem o objeto deste Termo de Referência, sendo a parcela de maior relevância a:
  - Executar a instalação, configuração de equipamentos de som, imagem, redes (dados), automação, projeção de imagens e gravação;
  - Distribuição de áudio e vídeo via software, com automação de central e suas respectivas conectividades;
  - Prestação de serviços de processamento digital de sinais de áudio e vídeo (DSP) programáveis por software com interface gráfica e visualização de imagem; e
  - Instalação e configuração de solução de videoconferência composta por sistema de gerenciamento, unidade de controle multiponto.
  - Serviços de instalação de sistema de sonorização ambiente;
  - Serviços de instalação de sistema de distribuição de vídeo, em HDMI;
  - Serviço de execução de cabeamento UTP categoria 6 com certificação de pontos, cabeamento de sonorização ambiente, cabeamento de distribuição de vídeo, cabeamento de distribuição de áudio, cabeamento de automação, cabeamento para distribuição de antenas de microfone
  - Serviços de instalação de sistema de antenas para distribuição de microfone wireless;
  - Serviço de instalação de switcher/mesa de corte de vídeo;
  - Serviços de instalação de central de áudio;
  - Serviços de instalação de central de vídeo;
  - Serviço de instalação de painel led com montagem de estrutura de fixação;
  - Serviços pertinentes à montagem, instalação, configuração, programação e testes dos sistemas;
  - Serviços de instalação de software de gerenciamento de áudio e vídeo;
  - Serviços de treinamento da equipe operacional da Contratante.

5.8.2. O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

5.8.3. As habilidades requeridas são complementares entre si e cada uma delas representa pontos de

conhecimentos relevantes à execução do objeto. Assim, todas são fundamentais à seleção da empresa a ser contratada. O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. As habilidades requeridas são complementares entre si e cada uma delas representa pontos de conhecimentos relevantes à execução do objeto. Assim, todas são fundamentais à seleção da empresa a ser contratada.

5.8.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

## 5.9. **Documentação relativa à Capacidade Técnico-Operacional:**

5.9.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

5.9.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Fornecimento de projeto executivo de automação, sonorização e comunicação multimídia;
- Fornecimento e execução de cabeamento UTP categoria 6 com certificação de pontos, cabeamento de sonorização ambiente, cabeamento de distribuição de vídeo, cabeamento de distribuição de áudio, cabeamento de automação, cabeamento para distribuição de antenas de microfone
- Fornecimento e instalação de caixas acústicas e arandelas para sonorização;
- Fornecimento e instalação de sistema de antenas para distribuição de microfone wireless;
- Fornecimento e instalação de microfone de teto com comunicação de áudio digital via porta ethernet;
- Fornecimento e instalação de switcher/mesa de corte de vídeo;
- Fornecimento e instalação de processador de áudio com comunicação de áudio digital via porta ethernet;
- Fornecimento e instalação de switcher / matriz de vídeo;
- Fornecimento e instalação de painel led e suporte de fixação;
- Fornecimento e instalação de controlador de áudio e vídeo;
- Fornecimento e instalação de software de gerenciamento de áudio e vídeo.

5.9.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação do somatório de diferentes atestados de capacidade técnica.

5.9.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

5.9.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 5.10. **Certificações especializadas do Responsável Técnico**

5.10.1. Comprovação de possuir, em seu quadro de responsáveis técnicos, profissional de nível superior, com formação em engenharia elétrica, eletrônica ou telecomunicações, com conhecimento técnico comprovado em programação e integração de sistemas tecnológicos, aplicados a soluções de automação e processamento de sinais.

5.10.2. O atendimento ao requisito poderá ser demonstrado por meio de:

- Certificação, capacitação ou formação acadêmica compatível em programação para sistemas de automação;
- Certificação, capacitação ou formação acadêmica compatível em programação e arquitetura de sistemas tecnológicos de processamento de sinais, incluindo soluções de áudio e audiovisual;
- Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação;
- Certidão de Acervo Técnico – CA

5.10.3. **OBS: A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas**



## **informações por meio de possíveis diligências.**

### **5.11. Subcontratação**

5.12. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente para a execução dos serviços de instalação dos equipamentos audiovisuais, desde que a empresa subcontratada comprove o atendimento integral a todos os requisitos de habilitação técnica exigidos no edital, incluindo atestados de capacidade técnica e registro profissional, quando aplicável.

5.13. Não será permitida a fragmentação da execução entre múltiplas empresas distintas. A contratada principal deverá assumir a responsabilidade integral pelo objeto, mantendo-se como empresa única responsável perante a Administração, ainda que conte com subcontratada para parte da execução.

5.13.1. Não se admitirá a prestação de serviços por qualquer subcontratada, visto que a Empresa contratada deverá apresentar a documentação exigida no Art. 122, § 1º da Lei nº 14.133 de 2021 da subcontratada para a execução do serviço, durante a execução do contrato, findada a licitação.

5.13.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (Lei nº 14.133/2021, Art. 122, § 3º).

### **5.14. Visita técnica**

5.14.1. Será facultada a realização de visita técnica às dependências da SEFAZ, de forma previamente agendada, permitindo que as empresas interessadas tenham pleno conhecimento das condições locais e dos aspectos físicos que impactam diretamente na execução do contrato. Essa medida visa garantir maior transparência, isonomia e aderência das propostas às necessidades efetivas da Administração, evitando equívocos de dimensionamento, fortalecendo a competitividade e assegurando que os licitantes compreendam integralmente a demanda a ser atendida pela infraestrutura.

5.14.2. A visita, **que não será obrigatória**, servirá para conhecimento das condições locais da prestação dos serviços e poderá ser agendada, durante o horário comercial, pelo telefone (68) 98102-4656, com a Engª Marcela Janara Ardaia de Oliveira ou através do e-mail: [marcela.janara@gmail.com](mailto:marcela.janara@gmail.com).

5.14.3. A visita técnica deverá ser efetuada pelo responsável da empresa licitante munido de documento de identidade ou equivalente original com foto, ou por representante munido de procuração do responsável, documento de identidade ou equivalente original com foto.

5.14.4. Na ocasião da visita os interessados deverão esclarecer todas as dúvidas que porventura tiverem a respeito do edital e suas condições.

5.14.5. *Apesar de a visita técnica ser facultativa a licitante deverá apresentar, juntamente com os demais documentos para a habilitação, sob pena de desclassificação, a declaração do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.*

### **5.15. Projeto Básico**

5.15.1. Para subsidiar a adequada compreensão do objeto e assegurar maior precisão na elaboração das propostas, será disponibilizado aos licitantes o croqui e o projeto básico da solução proposta, documentos que detalham a concepção arquitetônica e a infraestrutura necessária à instalação dos equipamentos audiovisuais.

5.15.2. O projeto básico disponibilizado nos autos, elaborado em formato PDF, possui caráter meramente referencial e tem por finalidade orientar a compreensão dos ambientes e das necessidades da Administração quanto à modernização do auditório e das salas de reunião, não se constituindo em **projeto executivo fechado** ou **modelo único obrigatório**.

5.15.3. Será facultado às empresas licitantes apresentar soluções técnicas próprias, inclusive com concepções, arranjos, tecnologias e arquiteturas distintas, desde que atendidos integralmente os requisitos funcionais, de desempenho, integração sistêmica e compatibilidade física estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

5.15.4. Caberá à empresa contratada a elaboração do projeto executivo completo da solução proposta, incluindo, no mínimo, plantas, diagramas elétricos e lógicos, memoriais descritivos, estudos de compatibilização, bem como a documentação, responsabilizando-se integralmente por sua coerência técnica, conformidade normativa e aderência às condições reais dos ambientes.

5.15.5. Todos os custos relacionados à elaboração do projeto executivo, às adequações estruturais eventualmente necessárias, às compatibilizações técnicas e à implementação da solução proposta deverão estar integralmente contemplados na proposta apresentada, não sendo admitidos ônus adicionais à Administração.

5.15.6. A contratada deverá, ainda, garantir a plena compatibilidade da solução proposta com a infraestrutura existente, bem como o atendimento aos requisitos funcionais, operacionais e de desempenho definidos, assumindo total responsabilidade técnica pela integração, funcionamento e execução do sistema como um todo.

5.15.7. Adicionalmente, será facultada a realização de visita técnica às dependências da SEFAZ, de forma previamente agendada, permitindo que as empresas interessadas tenham pleno conhecimento das condições locais e dos

aspectos físicos que impactam diretamente na execução do contrato.

5.15.8. Essa medida visa garantir maior transparência, isonomia e aderência das propostas às necessidades efetivas da Administração, evitando equívocos de dimensionamento, fortalecendo a competitividade e assegurando que os licitantes compreendam integralmente a demanda a ser atendida pela infraestrutura de modernização do auditório e das salas de reunião.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (LEI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “E” – DECRETO ESTADUAL 11.363/2023, ART. 94, VII)**

6.1. Deverá ser composto por processador de áudio digital que efetuará o tratamento do áudio gerado pelas diversas fontes de microfones, videoconferência, teleconferência e outras fontes de áudio do ambiente. O sistema deverá possuir Processamento por DSP's quando indicado. O sistema de processamento de áudio digital deverá ser programado para controlar a sonorização do ambiente, e ainda, deverá controlar o ganho, ajustar, equalizar a sonorização no ambiente, mixar e distribuir fontes, ajustar delays e possuir outros tratamentos necessários ao sistema de sonorização, se atentando às especificações mínimas de cada equipamento constante no presente neste termo de referência. O sistema de processamento de áudio deve permitir a conexão física de equipamentos de áudio, fornecer alimentação phantom power para microfones (quando necessário), permitir a comunicação entre dispositivos que trafegam sinais de áudio por meio do protocolo aberto ou proprietário, a fim de garantir a flexibilidade de operação e futuras integrações entre outros dispositivos de áudio. O sistema de processamento de áudio, deverá suportar a recepção a transmissão de sinal de áudio via porta USB comunicação com computadores ou equipamentos de vídeo conferência, quando necessário. O sistema deverá possuir capacidade alteração de programas para o ambiente, alternando entre programações, tais como:

Conferências, apresentações multimídia e outras necessidades do ambiente. A operação do sistema será realizada por interface sensível ao toque onde serão exibidos os controles e programações virtuais do sistema de áudio do ambiente. O Controle de áudio do sistema de vídeo conferência será através do processamento de áudio tipo 1, que por sua vez pode ser operado na workstation de operação e tela de controle wireless. Será disponibilizado microfones do tipo do tipo headset e bastão, conforme tabela de equipamentos do ambiente.

As caixas acústicas serão distribuídas da seguinte forma:

- Sistema de PA para público sentado nas poltronas, com caixas de som tipo 1 e tipo 2;
- Sistema de retorno de palco para o apresentador/palestrante, com caixas instaladas sobre o palco, oferecendo retorno discreto e eficiente da própria fala (Caixas de som tipo 3);
- Caixa de som – tipo 1 na cabine técnica, destinado ao operador do sistema.

Será disponibilizado ponto de áudio de entrada e saída (splitter de áudio), conforme tabela de equipamentos do ambiente, a fim de garantir a inserção de sinal de áudio para eventos, no padrão analógico balanceado e isolados com conectores XLR, dentre outros.

O auditório deve contemplar participação dos palestrantes por meio de áudio, usando o próprio celular da maneira BYOD - Bring Your Own Device (Traga seu próprio dispositivo), utilizando o item dispositivo de participação colaborativa. Onde o áudio é direcionado para o processador e o operador do auditório direciona o áudio para as caixas de som tipo 1 e tipo 2 do auditório.

### **Sistema de vídeo**

A exibição de imagens será realizada por meio de painel LED, cujas dimensões e resoluções deverão estar em conformidade com as especificações técnicas mínimas descritas neste Anexo.

O painel LED lateral exibirá conteúdo distinto do painel central, permitindo apresentações complementares, sinalizações ou visões alternativas da programação principal.

Deverá ser disponibilizado retorno de vídeo por meio de monitores dedicados:

- Para os operadores da cabine técnica;
- Para os palestrantes, possibilitando o acompanhamento em tempo real do conteúdo exibido ao público no painel LED central.

Todos os sinais de vídeo serão entregues em formato digital HDMI, tanto para monitores quanto para processadores de imagem e demais equipamentos de exibição, assegurando a uniformidade das conexões e a compatibilidade entre os dispositivos do sistema.

O controle do sistema de videoconferência será realizado por meio do switcher de vídeo, permitindo o gerenciamento das fontes, câmeras e integração com plataformas de reunião remota.

A captação de vídeo para fins de streaming e gravação será realizada por meio do switcher de vídeo, que receberá os sinais das câmeras e demais fontes de vídeo do sistema, permitindo o roteamento e a seleção das imagens a serem transmitidas ou gravadas.

O sistema deverá contar com solução de apresentação de imagens compatível com os principais sistemas operacionais do mercado, com capacidade de conexão via rede local para transmissão de conteúdo sem a necessidade de cabos físicos HDMI, promovendo maior flexibilidade e mobilidade nas apresentações. O sistema será composto por uma matriz de vídeo digital, responsável pelo roteamento das entradas e

saídas HDMI. Esta matriz deverá permitir:

- Controle manual por meio de interface própria;
- Controle por sistemas de terceiros, via protocolo de comunicação próprio ou RS-232/RS485 de automação compatível.

A matriz de vídeo deverá estar integrada ao sistema de áudio do ambiente, aceitando sinais de áudio tanto analógicos quanto digitais, quando tecnicamente viável. O processador de vídeo responsável pelo painel LED deverá:

- Receber os sinais provenientes da matriz de vídeo;
- Realizar a conversão dos sinais recebidos;
- Distribuir os sinais adequadamente, respeitando a resolução nativa e proporção de cada painel LED especificado.

As câmeras PTZ tipo 1 deverão ser conectadas a extensores HDMI para garantir a integridade e qualidade do sinal até o switcher de vídeo.

As câmeras PTZ tipo 1 deverão ser controladas por meio de controlador PTZ dedicado, com capacidade de armazenamento de presets para diferentes cenários e configurações operacionais do auditório.

### **Controle e automação**

O sistema de automação deverá contar com uma central de processamento dedicada, com conexões físicas e lógicas em conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste Anexo.

A operação dos equipamentos será realizada por meio de workstations de operação e/ou tela de controle wireless, que permitirão o gerenciamento centralizado de todos os subsistemas audiovisuais do ambiente. O sistema ofertado deverá permitir o comando e controle das interfaces de áudio e vídeo, sempre que os equipamentos envolvidos oferecerem suporte a controle por terceiros, via protocolos padrão ou APIs proprietárias.

A automação deverá abranger todos os equipamentos instalados que possuam interface de controle, sendo capaz de executar comandos como:

- Chamada de presets;
- Início (start) e pausa (pause) de apresentações;
- Ligar e desligar dispositivos;
- Controle de volume e seleção de fontes.

As interfaces gráficas apresentadas nas estações de controle e telas wireless deverão ser personalizadas conforme as necessidades operacionais do ambiente e os requisitos específicos da SEFAZ, garantindo uma operação intuitiva, fluida e acessível para os usuários.

### **Podcast**

#### **Sistema de áudio:**

O áudio deverá ser captado pelos microfones especificados neste Termo de Referência e encaminhado ao switcher de vídeo, o qual incorpora um DSP interno responsável pelo processamento e tratamento do sinal sonoro.

A distribuição do áudio aos participantes será efetuada por meio de um distribuidor de fones de ouvido, permitindo a cada usuário o monitoramento do próprio áudio, bem como dos demais integrantes do podcast.

O operador será responsável pelo monitoramento e ajuste do áudio, utilizando fones de ouvido específicos para essa finalidade, assegurando a qualidade e a adequada equalização do sinal durante a operação.

#### **-Sistema de vídeo:**

A captação das imagens para o podcast será realizada por câmeras fixadas em tripés, assegurando flexibilidade ao sistema e fluidez na operação.

O switcher de vídeo terá a responsabilidade de receber as imagens provenientes das câmeras e direcioná-las para transmissão nas plataformas digitais da SEFAZ. Quando necessário, o sistema deverá possibilitar a gravação do conteúdo em dispositivos de armazenamento externo.

O uso de fundo verde (chroma key) permitirá a inserção de cenários virtuais ao podcast, conferindo um ambiente visual adequado e profissional.

A operação será acompanhada pelo operador por meio do monitor tipo 1, conforme detalhado no presente Termo de Referência, garantindo controle sobre o que está sendo transmitido.

### **Salas de reuniões**

#### **Sistema de áudio:**

O áudio deverá ser captado por meio de microfone de teto e processado pelo sistema de processamento tipo 2, em conformidade com as especificações mínimas estabelecidas neste termo de referência.

O sinal de áudio captado deverá ser tratado e equalizado de acordo com as características acústicas e necessidades específicas de cada ambiente.

A configuração da captação do microfone deverá ser ajustada conforme a disposição e layout de cada sala, visando otimizar a qualidade do áudio.

O áudio captado deverá ser integrado às videoconferências por meio da workstation dedicada ao sistema de vídeo conferência.

Além disso, o áudio recebido na workstation de vídeo conferência deverá ser transmitido pelas caixas acústicas do tipo 5.

O operador deverá possuir controle total do volume de saída para essas caixas, por meio de potenciômetro incorporado ao amplificador de áudio do ambiente.

#### **Sistema de vídeo**

A exibição das imagens será efetuada por meio de monitores profissionais, cujas dimensões e resoluções deverão estar alinhadas às especificações técnicas estabelecidas no presente termo de referência.

A operação do sistema de vídeo, bem como o gerenciamento da sala, deverá ser conduzida por intermédio da workstation destinada à operação de videoconferência, conforme disposto no edital em questão.

As câmeras fornecidas deverão ser do tipo PTZ, apresentando resolução e conexões em conformidade com as especificações mínimas estabelecidas no referido Anexo.

### **7. CONDIÇÕES DE ENTREGA/INSTALAÇÃO E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

#### **7.1. Condições de entrega/instalação dos equipamentos**

7.1.1. O objeto deverá ser entregue/instalado no prédio Sede da Secretaria de Estado da Fazenda, situada à Av. Benjamin Constant, 946, Centro, em Rio Branco - Acre, no prazo máximo de até 60 (**sessenta**) dias, a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de serviço, encaminhada pelo gestor da demanda, que corresponde à Autorização para o início dos serviços, de acordo com os quantitativos estabelecido pela Administração contratante deste termo e .Projeto elaborado pela equipe técnica da SEFAZ (0014078076).

7.1.2. Caso não seja possível a entrega do objeto na data assinalada, a Empresa contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (**dois**) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.3. Os equipamentos deverão a serem instalados deverão ser novos e de primeiro uso.

#### **7.2. Condições de recebimento**

7.2.1. O objeto do contrato será recebido:

[a] Provisoriamente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, projeto e na proposta comercial da empresa contratada.

[b] Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação de que o equipamento foi devidamente **entregue, instalado e testados**, em perfeito estado de funcionamento conforme as especificações, desde que não se verifique defeitos ou imperfeições da qualidade e quantidade do bem e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Enviando, a documentação pertinente ao setor de gestão de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Empresa contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

#### **7.3. Montagem e instalação**

7.3.1. A montagem e instalação dos equipamentos deverão ser executadas no prédio Sede da Secretaria de Estado da Fazenda, situada à Av. Benjamin Constant, 946, Centro, em Rio Branco - Acre, no horário de expediente, no prazo máximo de 30 (**trinta**) dias, a contar do recebimento dos equipamentos.

7.3.2. O prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregues fora das especificações deverá ser confirme Projeto Executivo, anexo a este termo.

7.3.3. Caso não seja possível a montagem e instalação até a data acima assinalada, a Empresa contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

7.3.4. A Empresa contratada deverá contatar a Divisão de Logística de Manutenção Predial e agendar a data para o início da montagem e instalação dos equipamentos, bem como informar a qualificação (nome, RG e CPF) do(s) técnico(s) que realizará(ão) os serviços.

7.3.5. A montagem e instalação devem ser realizadas de forma eficiente, com a rápida entrega/instalação dos equipamentos.

7.3.6. Finalizado o serviço de montagem e instalação, a Empresa contratada deverá apresentar à Divisão de Logística e Manutenção Predial relatório de distribuição dos mesmos, com, no mínimo, as seguintes informações: data e local de instalação, marca, modelo e nº de série de cada equipamento.

7.3.7. Os equipamentos deverão ser montados e instalados conforme especificações, quantidades, prazo e locais constantes neste instrumento, acompanhados do respectivo documento fiscal.

7.3.8. Se no momento da montagem e instalação verificar-se a impossibilidade de se realizar o serviço, a Empresa contratada deverá apresentar relatório discriminando o motivo do impedimento.

#### **7.4. Garantia do objeto**

7.4.1. **Os equipamentos e serviços deverão possuir garantia mínima pelo período de 12 (doze) meses, conforme padrão praticado pelo mercado para objetos dessa natureza.**

7.4.2. O prazo de garantia contratual dos equipamentos utilizados na solução, ou seja, a garantia legal (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990).

7.4.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor será responsável pela garantia do bem ofertado pelo período restante.

7.4.4. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido; e a eventual Empresa contratada se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

7.4.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Administração contratante.

7.4.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos equipamentos pela própria Empresa contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada.

7.4.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

7.4.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras originais, novas e em seu primeiro uso, que apresentem padrão de qualidade e desempenho igual ou superior ao das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.4.9. Uma vez notificada, a Empresa contratada realizará a reparação ou substituição dos equipamentos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração contratante pela Empresa contratada ou pela assistência técnica autorizada.

7.4.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Empresa contratada, aceita pelo gestor.

7.4.11. Na hipótese do subitem acima, a Empresa contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Administração contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos e dos procedimentos de rotina durante a execução dos reparos.

7.4.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Administração contratante ou a apresentação de justificativas pela Empresa contratada, fica a Administração contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Empresa contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.4.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Empresa contratada.

7.4.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **7.5. Obrigações das partes**

7.5.1. As exigências relativas às obrigações da Empresa contratada e da Administração contratante, constam do Estudo Técnico Preliminar, Minuta de Contrato que integram este Termo de Referência na forma de apêndice.

#### **7.6. Obrigações pertinentes à LGPD**

7.6.1. As PARTES se comprometem a cumprir todas as suas obrigações estipuladas na Lei Geral de Proteção de Dados e quaisquer outras normas aplicáveis ao tema.

#### **7.7. Obrigações pertinentes à Lei Anticorrupção**

7.7.1. As PARTES se comprometem a atuar exclusivamente dentro do escopo da Lei Federal nº 12.846/2013

**7.8. Sanções administrativas**

7.8.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da Empresa contratada, observando-se os procedimentos previstos nos caput's e parágrafos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.9. Vigência e prorrogação contratual**

7.9.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo(s) de Contrato(s) que vier(em) a ser celebrado(s), na forma do Art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.2. O contrato poderá ser automaticamente prorrogado, mediante termo aditivo, quando o seu objeto não for concluído no período firmado do contrato, em consonância com o Art. 111 da Lei nº 14.133 de 2021, com eficácia a partir da data da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do disposto no Art. 94 da Lei nº 14.133 de 2021.

7.9.3. Quando a não conclusão decorrer de culpa da Empresa(s) contratada(s):

[a] A Empresa contratada será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas; e

[b] A Administração contratante poderá optar pela extinção do contrato e, neste caso, adotará as medidas admitidas em lei para continuidade da execução contratual.

**8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (LEI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “F” – DECRETO ESTADUAL 11.363/2023, ART. 94, XXIV)**

**8.1. Gestão e fiscalização.**

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023; cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput](#)).

8.1.3. A fiscalização pela Administração contratante não excluem nem reduzem a responsabilidade da Empresa contratada pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

8.1.4. O gestor acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.1.5. O gestor anotará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º](#)).

8.1.6. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o gestor emitirá notificação para a devida correção da execução contratual, determinando o respectivo prazo para o saneamento do problema constatado.

8.1.7. O gestor verificará a manutenção das condições de habilitação da Empresa contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.1.8. O gestor será responsável pela atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, o qual conterá todos os registros formais relacionados aos fatos relevantes constatados durante a vigência contratual, a exemplo de ordens de serviço, dos registros de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, entre outros.

8.1.9. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Empresa contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.1.10. O gestor acompanhará os registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.1.11. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.1.12. As comunicações entre a Administração contratante e a Empresa contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de (correio eletrônico) / (mensagem eletrônica) para tal fim.

8.1.13. Após a assinatura do contrato, o representante da Empresa contratada será convocado para reunião inicial, na qual ocorrerá a apresentação do plano de fiscalização/execução, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Empresa contratada, e, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



8.1.14. A Administração contratante poderá convocar representante da Empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.15. O acompanhamento do contrato decorrente deste procedimento de licitação, objeto deste Termo de Referência, ficará sob a responsabilidade, preferencialmente, dos servidores com lotações na Divisão de Licitações e Contratos – DILIC, Divisão de Almoxarifado e Patrimônio - DIAP e na Divisão de Logística e Manutenção Predial - DILOGMP, a serem designados pela Diretoria de Administração e Finanças - DIAF, os quais atuarão como gestores e fiscais do contrato.

8.1.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.1.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais da contratação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Empresa contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.1.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.1.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.1.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.1.21. Aos fiscais do contrato incumbirá observar o fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais, bem como anotar, em registro próprio, as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.1.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o(s) fiscal(is) do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.1.23. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o(s) fiscal(is) do contrato comunicará(ão) o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.1.24. O(s) fiscal(is) do contrato anotar(ão) no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

8.1.25. O(s) fiscal(is) do contrato informará(ão) ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.1.26. O(s) fiscal(is) do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **8.2. Preposto**

8.2.1. A Empresa contratada designará formalmente o preposto, antes do início da execução do contrato, consignando nome completo, cargo ou função, endereço de correspondência, telefone de contato, e endereço corporativo de e-mail.

8.2.2. Em caso de alteração do responsável pela Empresa contratada, a Administração contratante deve ser prontamente notificada para atualização do banco de dados, enquanto vigor o instrumento contratual.

8.2.3. A Administração contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Empresa contratada, hipótese em que a empresa designará outro para o exercício da atividade.

8.2.4. A Administração contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.2.5. A Empresa contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

8.2.6. O preposto deverá conhecer, na íntegra, o contrato firmado entre as partes, não podendo alegar desconhecimento das cláusulas contratuais.

8.2.7. O preposto deverá promover o registro das ocorrências verificadas, durante a entrega, montagem e instalação do objeto, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

## **8.3. Prerrogativas da Administração contratante**

8.3.1. As prerrogativas da Administração contratante são aquelas previstas no art. 104, da Lei nº 14.133/2021.

**9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (L EI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “G” – DECRETO ESTADUAL 11.363/2023, ART. 94, XXV)**

**9.1. Liquidação**

9.1.1. Antes de cada pagamento à Empresa contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se o documento fiscal apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

[a] A data da emissão.

[b] Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

[c] O período respectivo de execução do contrato.

[d] O prazo de validade.

[e] O valor a pagar.

[f] Os dados do contrato e da Administração contratante.

9.1.3. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus à Administração contratante.

9.1.4. A Administração contratante deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

[a] Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

[b] Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital,

9.1.5. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade da Empresa contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração contratante.

9.1.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Empresa contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.7. Persistindo a irregularidade, a Administração contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Empresa contratada a ampla defesa.

9.1.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a Empresa contratada não regularize sua situação fiscal, social e/ou trabalhista.

9.1.9. Será extinto o contrato em execução com a Empresa contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Administração contratante.

9.1.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à Empresa contratada para emissão de documento fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.2. Prazo de pagamento**

9.2.1. Recebido o documento fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior, após aceite e atesto por servidor designado para esse fim, conforme dispõe o **Art. 24, § 2º, do Decreto Estadual nº 4.735, de 17 de maio de 2016**, prorrogáveis por igual período, condicionado à apresentação do documento fiscal que deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3. A apresentação de documento fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no **subitem 8.3.10**, implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9.2.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração contratante, os valores devidos à Empresa contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva

realização, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos Moratórios.

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (IPCA/100)/365 \rightarrow I = x,xxxxxxx$

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

**VP** = Valor da parcela pertinente a ser paga.

9.2.5. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em documento fiscal, após a ocorrência.

9.2.6. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja parcial ou total.

9.2.7. Considera-se para efeito de pagamento a data da emissão da Ordem Bancária.

### 9.3. **Forma de pagamento**

9.3.1. A Administração contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Empresa contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

9.3.2. A Administração contratante pagará à Empresa contratada, somente os equipamentos entregues, montados e instalados, mediante apresentação de demonstrativo dos equipamentos/serviços fornecidos.

9.3.3. A Empresa contratada obriga-se a realizar e manter atualizado o seu cadastro no Cadastro de Credor do Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC.

9.3.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.5. A Empresa contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.6. Caso haja a aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração contratante em favor da Empresa contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

9.3.7. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da Empresa contratada, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

9.3.8. O documento Fiscal terá que ser emitido obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a habilitação, não se admitindo documento fiscal emitido com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

9.3.9. Considera-se ocorrido o recebimento do documento fiscal quando a Administração contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3.10. O documento fiscal deverá, obrigatoriamente, está acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Inscrição no cadastro de Contribuintes estadual e/ou municipal (se houver), Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Municipais, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e Declaração de que não emprega menor.

9.3.11. O pagamento será creditado em favor da Empresa contratada por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal ou documento de cobrança equivalente.

9.3.13. Independentemente do percentual de tributo inserido no documento fiscal serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## 10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (L EI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “H” – DECRETO ESTADUAL 11.363/2023, ART. 94, XIII)**

### 10.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, mediante julgamento pelo **menor preço por lote. (Lote único)**

10.1.2. No julgamento das propostas o Pregoeiro observará os termos do Edital e seus anexos.

## 10.2. **Forma de fornecimento**

10.2.1. A entrega do objeto dar-se-á de forma parcelada, conforme os termos estabelecidos no **item 6** do presente instrumento.

## 10.3. **Exigências de habilitação**

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

[a] Habilitação jurídica – As exigências de habilitação jurídica serão definidas pela SELIC em Edital, em conformidade com o art. 65, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

[b] Habilitação fiscal, social e trabalhista – As exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista serão definidas pela SELIC em Edital, em conformidade com o art. 68, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

[c] Qualificação técnica.

§ [c1] Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove ter a licitante fornecido, satisfatoriamente, os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou do documento fiscal, que deram origem ao Atestado.

§ [c2] possuir profissional, responsável técnico, com formação em engenharia elétrica, eletrônica ou telecomunicações, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, com conhecimento técnico comprovado em programação e integração de sistemas tecnológicos, aplicados a soluções de automação e processamento de sinais.

§ [c3] Demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, com as parcelas de maior relevância:

- Fornecimento de projeto executivo de automação, sonorização e comunicação multimídia;
- Fornecimento e execução de cabeamento UTP categoria 6 com certificação de pontos, cabeamento de sonorização ambiente, cabeamento de distribuição de vídeo, cabeamento de distribuição de áudio, cabeamento de automação, cabeamento para distribuição de antenas de microfone
- Fornecimento e instalação de caixas acústicas e arandelas para sonorização;
- Fornecimento e instalação de sistema de antenas para distribuição de microfone wireless;
- Fornecimento e instalação de microfone de teto com comunicação de áudio digital via porta ethernet;
- Fornecimento e instalação de switcher/mesa de corte de vídeo;
- Fornecimento e instalação de processador de áudio com comunicação de áudio digital via porta ethernet;
- Fornecimento e instalação de switcher / matriz de vídeo;
- Fornecimento e instalação de painel led e suporte de fixação;
- Fornecimento e instalação de controlador de áudio e vídeo;
- Fornecimento e instalação de software de gerenciamento de áudio e vídeo.

§ [c4] Declaração indicando o pessoal técnico;

§ [c5] Declaração de que a proponente tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação

[d] Qualificação econômico-financeira.

§ [d1] *O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#)*

#### 10.4. Participação de ME/EPP e Equivalente

10.4.1. No presente certame licitatório os itens serão de ampla disputa na forma do Art. 48, inciso I e Art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações trazidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

#### 10.5. Participação de consórcios (Decreto Estadual 11.363/2023, Art. 94, v)

10.5.1. Não será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, tendo em vista que a vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, pois apenas uma empresa poderá fornecer os equipamentos e prestar os serviços com a qualidade adequada.

#### 10.6. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

10.6.1. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

10.6.2. A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.6.3. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de proposta.

10.6.4. A licitante deve apresentar proposta de forma clara e condizente ao objeto contido neste Termo de Referência.

10.6.5. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação.

10.6.6. A proposta deverá conter a descrição do equipamento, observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do equipamento ofertado, indicação de marca e modelo, bem como o preço unitário e total detalhados em planilha.

10.6.7. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.6.8. A proposta deve ser apresentada com validade de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.

10.6.9. Antes de apresentar a proposta, a empresa interessada deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

10.6.10. Ao formular a proposta de preço, as licitantes deverão atentar para que o valor da proposta seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços inexatos ou com mais de duas casas decimais e dificuldade na emissão da nota empenho e dos documentos fiscais.

10.6.11. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital e/ou na legislação que especifica o assunto.

10.6.12. Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a Empresa contratada deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato.

10.6.13. Considerar-se-á a licitante como altamente especializada no atendimento do objeto em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações por acaso omitidas nesta especificação, mas implícitas e necessárias à perfeita e completa execução do serviço.

10.6.14. Constituirão indícios de inexecuibilidade da proposta de acordo com o **artigo 227, II**, do Decreto Estadual nº 11.363/2023 os valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

**Art. 227.** Constituirão indícios de inexecuibilidade da proposta:

[...]

II - em fornecimentos e serviços em geral, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

10.6.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, taxa de administração, lucro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

10.6.16. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes.

10.6.17. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.6.18. Poderá participar deste Pregão Eletrônico, pessoa jurídica, regularmente habilitada, cujos ramos de

atividades guardem pertinência e compatibilidade em características com o objeto deste certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão.

10.6.19. Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.

10.6.20. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de Referência e do Edital, apresentar o **menor preço** para o **lote** a ser licitado. Lembrando, que apesar da adjudicação ser pelo menor preço por lote, será verificado também se os preços dos itens que compõem o lote estão dentro do valor estimado pela Administração.

10.6.21. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Termo de Referência e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento, apresentem vícios insanáveis, apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para contratação ou não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

10.6.22. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

10.6.23. Todas as regras que norteiam a apresentação e preenchimento da proposta, bem como a classificação, formulação de lances e aceitabilidade da proposta vencedora são aquelas previstas no Edital.

10.6.24. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão."

## 11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (L EI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, "I" – DECRETO ESTADUAL 11.363/2023, ART. 94, IX)

### 11.1. Custo estimado

11.1.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação.

11.1.2. Consta nos autos o Mapa de Preços ( 0019361574) obtido com as coletas de preços realizadas no mercado, elaborado com base na pesquisa de preços realizada pela equipe do órgão demandante, no sentido de referenciar a estimativa de valor da contratação, conforme demonstrado abaixo.

MODERNIZAÇÃO AUDITÓRIO - AQUISIÇÃO					
Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Painel LED central	un.	1		
2	Painel LED lateral	un.	1		
3	Switcher de vídeo	un.	1		
4	Câmera PTZ tipo 1	un.	3		
5	Controlador PTZ	un.	1		
6	Matriz HDMI	un.	1		
7	Extensor HDMI	un.	9		
8	Púlpito Digital	un.	1		
9	Monitor - Tipo 2	un.	1		
10	Monitor - Tipo 3	un.	2		
11	Apresentador de conteúdo sem fio	un.	1		
12	Dispositivo de participação colaborativa	un.	2		
13	Microfone sem fio tipo bastão	un.	2		
14	Microfone sem fio tipo headset	un.	2		
15	Sistema de processamento de áudio - Tipo 1	un.	1		
16	Splitter de áudio	un.	1		
17	Amplificador - Tipo 1	un.	1		
18	Amplificador - Tipo 2	un.	1		
19	Caixas de som - Tipo 1	un.	2		
20	Caixas de som - Tipo 2	un.	2		
21	Caixas de som - Tipo 3	un.	2		
22	Caixas de som - Tipo 4	un.	1		
23	Processadora de automação	un.	1		
24	Tela de controle wireless	un.	1		
25	Rack de piso 44U's	un.	1		

<b>Total estimado</b>					
<b>PODCAST MÓVEL - AQUISIÇÃO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
26	Monitor - Tipo 4	un.	1		
27	Switch de vídeo	un.	1		
28	Câmera PTZ tipo 1	un.	2		
29	Distribuidor de fone de ouvidos	un.	1		
30	Fones de ouvidos profissionais	un.	5		
31	Microfones para podcast	un.	4		
32	Fundo infinito verde	un.	1		
33	Tripé	un.	2		
<b>Total estimado</b>					
<b>SALA DE REUNIÃO - AQUISIÇÃO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
34	Monitor - Tipo 5	un.	4		
35	Câmera PTZ - Tipo 2	un.	4		
36	Sistema de processamento de áudio - Tipo 2	un.	4		
37	Microfone de teto	un.	4		
38	Amplificador - Tipo 3	un.	4		
39	Caixa de som - tipo 5	un.	8		
<b>Total estimado</b>					
<b>SERVIÇOS - AQUISIÇÃO</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
40	Execução de Infraestrutura - Auditório	un.	1		
41	Instalações - Auditório	un.	1		
42	Programação - Auditório	un.	1		
43	Treinamento - Auditório	un.	1		
44	Instalações - Podcast	un.	1		
45	Programação - Podcast	un.	1		
46	Treinamento - Podcast	un.	1		
47	Instalações - Salas de reuniões	un.	4		
48	Programação - Salas de reuniões	un.	4		
49	Treinamento - Salas de reuniões	un.	4		
<b>Total estimado</b>					

11.1.3. Nos valores acima estão incluídos no preço todos os custos de fornecimentos dos equipamentos, instalação, configuração, treinamento e serviços necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação. sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas, transportes dentre outros.

11.1.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que o pagamento devido à Empresa contratada dependerá do valor devidamente contratado.

## 11.2. Justificativa para o orçamento sigiloso

11.2.1. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Art. 24 e Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023 – Art. 94, X. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, cita-se: Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117), a não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os



critérios que regem a apresentação de lances.

11.2.2. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

11.2.3. Ainda segundo Zymler e Dios (2014), Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da aquisição, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase do processo.

11.2.4. Desta forma e por todo justificado anteriormente, informamos aos interessados que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do pregão, tornando público apenas a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo.

11.3. Inexequibilidade da Proposta Melhor Classificada

11.3.1. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

11.3.1.1. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.3.1.2. Considera-se inexequível, ainda, proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.3.2. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação.

11.3.3. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

11.3.3.1. o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.3.3.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.3.3.3. Podendo comprovar a exequibilidade de sua proposta mediante a apresentação de notas fiscais, nota de empenho, contratos celebrados, dentre outros documentos idôneos, que demonstrarem, de forma objetiva e inequívoca, que a licitante pratica ou praticou os preços ofertados em condições, prazos e quantidades semelhantes aos presentes.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LEI 14.133/2021, ART. 6º, XXIII, “J” – DECRETO ESTADUAL 11.363/2023, ART. 94, XI)

12.1. Previsão dos recursos orçamentários

12.1.1. Em conformidade com o art. 126, § 2º do Decreto Estadual nº 11.363/2023, os contratos de vigência plurianual, as despesas deverão estar autorizadas no plano plurianual e na respectiva lei orçamentária anual, devendo, neste último caso, ocorrer no início da contratação e em cada exercício de execução do objeto. No caso em comento, a despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado atendida pela seguinte dotação:

INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
	Código	Descrição
Órgão	715	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
Unidade Orçamentária	001	Unidade Gestora
Programa de Trabalho	04.129.1467.1199.00.00	Modernização da Gestão Tributária.
Elemento de Despesa	4 4.90.51.00.00	Obras e Instalações.
Detalhamento da Conta Orçamentária	92	Instalações.

<b>Fonte de Recurso</b>	1 500.0100	Recursos próprios do tesouro
	1 754.0500	Operações de Crédito
	2 754.0500	Operações de Crédito Superávit

12.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A Empresa contratada será única e exclusivamente responsável por seus empregados, os quais deverão ser vinculados a ela, assumindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento de tributos e taxas incidentes.

13.2. A Empresa contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Administração contratante, quanto à operacionalidade do gerenciamento.

13.3. A licitante adjudicatária para fins de contratação deverá estar cadastrada no Cadastro de Credor do Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC e atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação exigida no processo licitatório.

13.4. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, da razoabilidade, da finalidade e da segurança da contratação.

13.5. Deverá ser assegurado pelas partes, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução do objeto contratado.

13.6. Estão incluídos no preço todos os custos de fornecimentos e serviços, sendo de responsabilidade exclusiva da Empresa contratada a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas, transportes e equipamentos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação.

13.7. Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes apêndices:

13.7.1. APÊNDICE “A” – Especificação Técnicas Detalhadas dos Equipamentos.

13.7.2. APÊNDICE “B” – Croqui Estrutural do Projeto, Layout Sala de Reunião e Auditório.

13.7.3. APÊNDICE “C” – Modelo de proposta.

13.7.4. APÊNDICE "D" - Minuta de contrato.

13.8. Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar o não fornecimento do bem/serviço, objeto deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

13.9. O futuro contrato será regulado pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, assim como por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, principalmente as do Código de Defesa do Consumidor.

13.10. Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, salvo se derivados de atuação culposa, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.11. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem as Leis nº 14.133/2021, 8.078/90 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

13.12. Reuniões eventualmente realizadas entre as contratantes, bem como ocorrências que possam ter implicações na contratação, serão registradas por escrito e assinadas pelos prepostos/representantes.

13.13. Verificada qualquer irregularidade, a Administração contratante poderá suspender a execução do contrato, cabendo à Empresa contratada arcar com as despesas até então realizadas ou com o ressarcimento dos valores pagos.

### 14. CONSIDERAÇÕES GERAIS

14.1. O presente Termo de Referência - TdR foi elaborado pela Equipe da DILIC, em conformidade com as disposições contidas no Art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021 e Art. 94, do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023 e informações fornecidas pelo órgão demandante constantes dos autos do presente processo administrativo..

14.2. Diante do exposto, submete-se o presente Termo de Referência ao exame da Diretoria de Administração e Finanças - DIAF para posterior aprovação da autoridade competente, nos termos do disposto no art. 71, do Decreto Estadual nº 11.363/2023. À superior consideração, com vistas à aprovação.

### 15. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

15.1. Em atendimento ao disposto no Art. 71, do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, **declaramos** que somos os responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência.

Elaborado por:

**José Guilherme Silva de Sousa**

Assessor da DILIC  
Port. 173/2025 – SEFAZ

Revisado por:

**Marcela Janara Ardaia De Oliveira**

Chefe de Divisão de Logística e Manutenção Predial  
Portaria N°870/2023

**De acordo:** Encaminha-se ao Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda para **conhecimento e aprovação** da autoridade competente.

**Bruna Lima da Rocha Moura**

Chefe do Departamento de Adm. e Finanças  
Portaria 7/2023

Ciente da necessidade da contratação em tela e das informações prestadas, **APROVO** o Termo de Referência, nos termos do disposto no art. 71, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, de 22 de novembro de 2023.

Encaminha-se à Diretoria de Administração e Finanças para as demais ações necessárias.

**José Amarísio Freitas de Souza**

Secretário de Estado da Fazenda  
Decreto nº 4.059-P/2023

## 16. APÊNDICE "A" - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DOS EQUIPAMENTOS

16.1. Os serviços derivados da aquisição de solução de modernização do auditório e salas de reuniões, atenderão a unidade predial a disposição do **SEFAZ/AC**. Em sendo assim, para que a solução venha funcionar a contento, a eventual contratada deverá disponibilizar, no mínimo, o quantitativo de componentes apresentados na Tabelas que se seguem:

### RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO DO AUDTÓRIO E SALAS DE REUNIÕES :

MODERNIZAÇÃO AUDITÓRIO - AQUISIÇÃO					
Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Painel LED central	un.	1		
2	Painel LED lateral	un.	1		
3	Switcher de vídeo	un.	1		
4	Câmera PTZ tipo 1	un.	3		
5	Controlador PTZ	un.	1		
6	Matriz HDMI	un.	1		
7	Extensor HDMI	un.	9		
8	Púlpito Digital	un.	1		
9	Monitor - Tipo 2	un.	1		
10	Monitor - Tipo 3	un.	2		

11	Apresentador de conteúdo sem fio	un.	1		
12	Dispositivo de participação colaborativa	un.	2		
13	Microfone sem fio tipo bastão	un.	2		
14	Microfone sem fio tipo headset	un.	2		
15	Sistema de processamento de áudio - Tipo 1	un.	1		
16	Splitter de áudio	un.	1		
17	Amplificador - Tipo 1	un.	1		
18	Amplificador - Tipo 2	un.	1		
19	Caixas de som - Tipo 1	un.	2		
20	Caixas de som - Tipo 2	un.	2		
21	Caixas de som - Tipo 3	un.	2		
22	Caixas de som - Tipo 4	un.	1		
23	Processadora de automação	un.	1		
24	Tela de controle wireless	un.	1		
25	Rack de piso 44U's	un.	1		

**Total estimado**

#### PODCAST MÓVEL - AQUISIÇÃO

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
26	Monitor - Tipo 4	un.	1		
27	Switch de vídeo	un.	1		
28	Câmera PTZ tipo 1	un.	2		
29	Distribuidor de fone de ouvidos	un.	1		
30	Fones de ouvidos profissionais	un.	5		
31	Microfones para podcast	un.	4		
32	Fundo infinito verde	un.	1		
33	Tripé	un.	2		

**Total estimado**

#### SALA DE REUNIÃO - AQUISIÇÃO

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
34	Monitor - Tipo 5	un.	4		
35	Câmera PTZ - Tipo 2	un.	4		
36	Sistema de processamento de áudio - Tipo 2	un.	4		
37	Microfone de teto	un.	4		
38	Amplificador - Tipo 3	un.	4		
39	Caixa de som - tipo 5	un.	8		

**Total estimado**

#### SERVIÇOS - AQUISIÇÃO

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
40	Execução de Infraestrutura - Auditório	un.	1		
41	Instalações - Auditório	un.	1		
42	Programação - Auditório	un.	1		
43	Treinamento - Auditório	un.	1		
44	Instalações - Podcast	un.	1		
45	Programação - Podcast	un.	1		
46	Treinamento - Podcast	un.	1		
47	Instalações - Salas de reuniões	un.	4		
48	Programação - Salas de reuniões	un.	4		
49	Treinamento - Salas de reuniões	un.	4		

**Total estimado**

## 16.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS

### 16.2.1. Painele LED principal

Requisitos mínimos:

Sistema de equipamentos composto por módulos Led, gabinetes, fontes, receiver e sendcards, cabos e sua organização, fontes elétricas e processadora de vídeo para instalação de painel LED com medidas de 5,10m de largura x 2,85m de altura (+/-2%), manutenção seja 100% frontal, módulos do painel Led extraíveis individualmente da matriz sem a necessidade de intervenção nos módulos adjacentes, gabinetes com sistema de alinhamento, permitindo o ajuste das junções e “engate” de módulos adjacentes, gabinetes devem ser de material tipo alumínio com módulos LED do tipo RGB, resolução do painel 2040x1150p, brilho maior ou igual a 600 nits, temperatura de cor de 3000k com ajuste, ângulo de visualização (HxV) de 160x140°, razão de contraste de 5000:1, consumo elétrico típico de 183W/m2, tensão elétrica de 200~240V, frame rate de 50/60Hz, taxa de atualização de 3840Hz, tempo de vida útil esperado de 100.000 horas, escala de cinza de 16bit, IP frontal IP6X, nível de planicidade menor ou igual a 0,3mm. Fornecimento com peças de reposição rápida no total de 2% para cada componente da solução ofertada (módulos LED, fontes e cabos interligação), certificações de conformidade do painel Led: CNAS e CCC ou equivalente, com a apresentação de reporte de testes. Fornecimento com suporte para atendimento das dimensões do painel de LED ofertado, com capacidade de ser instalado em parede ou qualquer outro tipo de superfície plana, permitindo a instalação e a manutenção pela frente do equipamento sem a necessidade de remoção de gabinetes e estruturas para acesso. Fornecimento com processadora de vídeo/Led do mesmo fabricante que os módulos de LED ou recomendada expressamente pelo fabricante dos módulos LED, a fim de garantir sua interoperabilidade, conexões: 2 x entradas HDMI 1.3 / HDCP1.4, 1 x entrada 3G-SDI, quantidade de saídas necessárias para atender a resolução do painel Led, suporte a presets, mosaico, 2 layers, ajuste de cores e brilho, Suporte à resolução de 1920x1200@60Hz, 4:4:4, 8bits nas portas HDMI. Garantia de 2 anos para o painel Led. O fornecedor deverá estar homologado junto ao fabricante dos módulos LED para fornecer, instalar e dar manutenção nos equipamentos ofertados. Fornecimento com todos os acessórios.

### 16.2.2. Painele LED lateral

Requisitos mínimos:

Sistema de equipamentos composto por módulos Led, gabinetes, fontes, receiver e sendcards, cabos e sua organização, fontes elétricas e processadora de vídeo para instalação de painel LED com medidas de 1,30m de largura x 2,85m de altura (+/-2%), manutenção seja 100% frontal, módulos do painel Led extraíveis individualmente da matriz sem a necessidade de intervenção nos módulos adjacentes, gabinetes com sistema de alinhamento, permitindo o ajuste das junções e “engate” de módulos adjacentes, gabinetes devem ser de material tipo alumínio com módulos LED do tipo RGB, resolução do painel 510x1150p, brilho maior ou igual a 600 nits, temperatura de cor de 3000k com ajuste, ângulo de visualização (HxV) de 160x140°, razão de contraste de 5000:1, consumo elétrico típico de 183W/m2, tensão elétrica de 200~240V, frame rate de 50/60Hz, taxa de atualização de 3840Hz, tempo de vida útil esperado de 100.000 horas, escala de cinza de 16bit, IP frontal IP6X, nível de planicidade menor ou igual a 0,3mm. Fornecimento com peças de reposição rápida no total de 2% para cada componente da solução ofertada (módulos LED, fontes e cabos interligação), certificações de conformidade do painel Led: CNAS e CCC ou equivalente, com a apresentação de reporte de testes. Fornecimento com suporte para atendimento das dimensões do painel de LED ofertado, com capacidade de ser instalado em parede ou qualquer outro tipo de superfície plana, permitindo a instalação e a manutenção pela frente do equipamento sem a necessidade de remoção de gabinetes e estruturas para acesso. Fornecimento com processadora de vídeo/Led do mesmo fabricante que os módulos de LED ou recomendada expressamente pelo fabricante dos módulos LED, a fim de garantir sua interoperabilidade, conexões: 2 x entradas HDMI 1.3 / HDCP1.4, 1 x entrada 3G-SDI, quantidade de saídas necessárias para atender a resolução do painel Led, suporte a presets, mosaico, 2 layers, ajuste de cores e brilho, Suporte à resolução de 1920x1200@60Hz, 4:4:4, 8bits nas portas HDMI. Garantia de 2 anos para o painel Led. O fornecedor deverá estar homologado junto ao fabricante dos módulos LED para fornecer, instalar e dar manutenção nos equipamentos ofertados. Fornecimento com todos os acessórios.

### 16.2.3. Switcher de vídeo

Requisitos mínimos:

Conexões: 6 x entradas HDMI, 3 x saídas HDMI, 6 x entradas de áudio balanceadas com Phantom Power, 2 x entradas de áudio desbalanceadas, 2 x saídas de áudio balanceadas, 1 x saída de áudio desbalanceada, 1 porta USB-C, Bluetooth, GPIO, RS-232, RJ-45. HDCP embarcado em todas as vias HDMI. EDID, detecção automática de sinal de entrada, chaveamento automático. Processamento de vídeo de 8 bit. Mixer de áudio embarcado com efeitos, cancelamento de eco, supressor de realimentação de áudio, equalizador, delay, compressor, controle automático de ganho, corte de baixa frequência, redutor de ruído. Saída vídeo USB e saída e entrada de áudio via USB. controle via botões físicos, software, aplicativo de dispositivo móvel e RS232. Display touch incorporado. Efeitos de vídeo com corte, mix, PinP, Key, DSK, multiview, flip, captura de imagem estática e reprodução de imagem estática. Transmissão de vídeo online para plataformas live via porta rede gigabit. Transmissão de vídeo online para duas plataformas de live distintas, simultaneamente. Suporte a formatos 720/59.94p a 1080/59.94p nas entradas HDMI e nas saídas HDMI e USB. Taxa de amostragem de áudio de 24bits@48kHz. Suporte a H.264. Reprodutor de vídeo incorporado. Porta para dispositivo de armazenamento de massa. Controle PTZ de câmeras externas (VISCA ou LAN). Controle remoto nativo via aplicativo de dispositivo móvel e via computador. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.4. **Câmera PTZ tipo 1**

Requisitos mínimos:

Sensor de imagem MOS ou CMOS HD. Resolução FHD. Iluminação mínima 0,5Lux. Ajuste de foco automático e manual. Shutter automático e manual. WDR, BLC e Balanço de Branco; Ajuste de vídeo para brilho, cor, saturação, contraste, nitidez e curva de gama. Conexões: HDMI, SDI, RJ-45, RS-232. Ser compatível com instalação no teto. Formato de vídeo HDMI, SDI e NDI. Suporte a H.265, H.264, RTSP, RTMP, ONVIF e VISCA. Ângulo de visão 65°. Zoom ótico de 20x. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.5. **Controlador PTZ**

Requisitos mínimos:

Conexões: RJ45, RS232, Tally. Suporte VISCA, ONVIF e NDI. Joystick 4D. Controle de câmeras via IP. Fornecimento com todos os acessórios. Display em LCD. Ser do mesmo fabricante das câmeras PTZ tipo 1. Botões de foco, shutter e velocidade de zoom. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.6. **Matriz HDMI**

Requisitos mínimos:

Taxa de transmissão de 18Gb, suporte a EDID, CEC, HDCP 2.2 e HDR10, suporte a resolução 4k@60 a 8bit 4:4:4, IPv4 e IPv6, conexões: 8 x entradas HDMI, 8 x saídas HDMI, 8 x saídas de áudio estéreo, 1 x porta RS232, 1 x porta ethernet, distorção harmônica total da saída de áudio menor que 0,01%, relação de sinal ruído da saída de áudio maior que 100dB, extrator de áudio das portas HDMI de maneira individual, controle via webs browser, certificação FCC Parte 15 e RoHS. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.7. **Extensores HDMI**

Requisitos mínimos:

Fornecimento com 1 x transmissor e 1 x receptor. Conexões Transmissor: 1 porta HDMI, 1 porta de vídeo via RJ-45, 1 porta IR, 1 porta RS232. Conexões Receptor: 1 porta HDMI, 1 porta de vídeo via RJ-45, 1 porta IR, 1 porta RS232. Suporte a CEC, EDID, HDCP 2.2, HDR. Suporte a resolução UHD@60-8bit- 4:4:4. Suporte a transmissão UHD a distância de 100m. Taxa de transmissão de 18Gbps. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.8. **Púlpito digital**

Requisitos mínimos:

Construção em aço carbono ou alumínio, altura de 105cm +/-10%, largura de 60cm +/-10%, rodízios com trava, display frontal fixo de 96x54cm (LxA) +/- 10% que permita formato de imagem retrato e paisagem, resolução UHD, 16:9, ângulo de visão 178°x178°, tempo de resposta de 8ms, profundidade de cor de 10bit, brilho 300 nits, contraste 1.100:1, conectores: 2 x HDMI, 1 x USB, 1 x RJ45 (LAN), 1 x RS232, rede wifi, memória interna 4GB, certificação FCC Classe A, bivolt de 100 — 240V - 50/60 Hz, HDCP 2.2, CEC, tempo de vida de 30.000h, operação 16/7, base superior de apoio de palestrante com display touchscreen fixo, 53x32cm (LxA) +/-15%, resolução FHD, 16:9, ângulo de visão 178°x178°, tempo de resposta de 6ms, profundidade de cor de 6bit, brilho 300 nits, contraste 1.000:1, conectores: 1 x DP, 1 x USB, 1 x USB-C, 1 x RJ45 (LAN), bivolt de 100 — 240V - 50/60 Hz, HDCP, ter certificações RoHS e TCO, microfone gooseneck de 53cm, condensador, hipercardiode ou cardiode, resposta de frequência de 40Hz a 20kHz, máximo SPL de 138dB SPL, range dinâmico de 110dB, relação sinal ruído de 65dB, indicador led RGB no microfone, espuma widescreen, dois pontos de flexão, permitir substituição de cápsulas de captação, base de controle com botão de ativar e desativar fala, appliance de apresentação do tipo padrão computadores de formato pequeno (Small Form Factor). Processador I5 4,8Ghz, 24MB. Placa gráfica UHD. 16GB de memória DDR5 4800. Suporte a expansão até 64Gb. 512GB de SSD. Conexão Ethernet Gigabit, Bluetooth 5.3, Wifi 6E AX211, 802.11ax, 7 portas USB 3.2, 1 porta 3.5mm, 1 porta HDMI, 1 porta DisplayPort. Ter trava Kensington. Ter certificação Energy Star, RoHS, EPEAT e TCO. Fornecido com Windows 11 Pro. Estrutura interna com espaço para armazenagem de equipamentos, abertura por meio de porta com chave para acesso às conexões e cabeamento dos dispositivos, 2 portas USB 3.0 fixas na estrutura posterior para conexão com dispositivos de massa pelo palestrante, régua interna de tomadas com 6 tomadas 10A, disjuntor, voltímetro digital, bivolt, potência de 1500W, 1 x tomada 2P+T, 2 x tomadas HDMI e 1 x tomada fêmea XLR fixadas na base inferior da estrutura para conexão com pontos de piso. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.9. **Monitor – Tipo 2**

Requisitos mínimos:

Monitor de 55", resolução UHD, 16:9, ângulo de visão 178°x178°, tempo de resposta de 8ms, profundidade de cor de 10bits, 400 nits, contraste 1.200:1, conectores: 3 x HDMI, 1 x USB, 1 x RJ45 (LAN), rede wifi, memória interna 8GB, suportar Wake on lan, ter , ter certificação FCC Classe A, caixa de som integrada de 20W, bivolt de 100 — 240V - 50/60 Hz, HDCP 2.2 em ao menos duas portas HDMI, CEC, tempo de vida de 30.000h, operação 16/7, vir com suporte de piso com rodízios, fixação tipo VESA, e regulagem de inclinação entre 30° à 50°. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.10. **Monitor – Tipo 3**

Requisitos mínimos:

Monitor de 65", resolução UHD, 16:9, ângulo de visão 178°x178°, tempo de resposta de 8ms, profundidade de cor de 8 bits, brilho 400 nits, contraste 1.200:1, conectores: 3 x HDMI, 1 x USB, 1 x RJ45 (LAN), rede wifi, memória interna 8GB, suportar Wake on lan, ter , ter certificação FCC Classe A, caixa de som integrada

de 20W, bivolt de 100 — 240V - 50/60 Hz, HDCP 2.2 em ao menos duas portas HDMI, CEC, tempo de vida de 30.000h, operação 16/7, vir com suporte de fixação em parede, deverá ter ajuste de afastamento e recuo da tela, ter ajuste de rotação até 180°, e ajuste de inclinação até +12°/-2°, ser compatível com padrão de montagem VESA, suportar monitores de até 50Kg, ter organizador de cabos. ser fabricado em material de aço carbono, ter tratamento anticorrosão e pintura epóxi eletrostática. Fornecimento com todos os acessórios.

#### **16.2.11. Monitor – Tipo 4**

Requisitos mínimos:

Monitor de 65”, resolução UHD, 16:9, ângulo de visão 178°x178°, tempo de resposta de 8ms, profundidade de cor de 8 bits, brilho 400 nits, contraste 1.200:1, conectores: 3 x HDMI, 1 x USB, 1 x RJ45 (LAN), rede wifi, memória interna 8GB, suportar Wake on lan, ter , ter certificação FCC Classe A, caixa de som integrada de 20W, bivolt de 100 — 240V - 50/60 Hz, HDCP 2.2 em ao menos duas portas HDMI, CEC, tempo de vida de 30.000h, operação 16/7, vir com suporte do tipo pedestal, com ajuste de altura e rodízios com travas em duas rodas para evitar movimentos indesejados, compatível com padrão de montagem VESA, altura máxima 150 metros e 110 mínima, carga máxima suportada de até 50Kg, ser fabricado em Aço galvanizado e ter pintura Epóxi na cor preta. Fornecimento com todos os acessórios.

#### **16.2.12. Apresentador de conteúdo sem fio**

Requisitos mínimos:

Suporte a 16 apresentadores, criptografia AES 128 bit, compatível com os sistemas operacionais Windows e MAC OS, inicialização de apresentação sem configuração de softwares e drivers, alcance de transmissão de 8 metros, resolução de entrada e saída de FHD; deve suportar resoluções de entrada até FHD; áudio de 16bits@48kHz, protocolo de autenticação WPA2, conectores: 1 x RJ45 (LAN), wifi IEEE 802.11ac, 1 x HDMI com HDCP. Fornecimento com 2 botões de transmissões wireless, com LED indicador de conexão ativa. Fornecimento com todos os acessórios.

#### **16.2.13. Dispositivo de participação colaborativa**

Requisitos mínimos:

Conexões 2 x entrada de áudio analógico balanceada, 2 x saída de áudio analógico balanceada, 2 x RJ45 de áudio digital compatível com os processadores de áudio, 1 x RJ45 LAN; Resposta de frequência 40 Hz - 20 kHz Relação sinal ruído de 101dB; Distorção harmônica de -82dB; Suporte a 802.3af, Dante ou AES67, 200 usuários simultâneos, streaming de áudio mono e estéreo; Permitir a transmissão de áudio para dispositivos móveis para recepção via aplicativo para IOS ou Android; Funcionalidade de resposta, audição e interação junto os participantes locais; Fornecimento com todos os acessórios.

#### **16.2.14. Microfone sem fio tipo bastão**

Requisitos mínimos:

Fornecimento com 1 receptor quádruplo, 4 transmissores de mão (bastão), carregador de baterias para carregamento simultâneo dos 4 transmissores; faixa de operação: 2.4Ghz; suporte até 20 canais; criptografia AES128; intervalo de operação: 60m; resposta de frequência de 20Hz a 20kHz; atraso de 3ms; range dinâmico: igual ou superior 109dB; taxa de amostragem 24bit@48kHz; THD menor ou igual a 0,05%; suporte a extensão do sinal de antena a 100m via cabo; permitir controle via software; certificação FCC parte 15; suporte a saída de áudio mixada; permitir cascadeamento de mais de um receptor; conexões do receptor 1x RJ-45 LAN, 4x XLR balanceado, porta de cascadeamento de receptores; tela LCD ou LED do receptor com informação de nível de sinal RF, ID, bateria do transmissor e status do link; transmissor bastão dinâmico, cardioide ou hiper cardioide, RF de saída de 10mW, tempo estimado de operação de 16 horas, botão on/off, botão de mudo, display para indicação de ID, ganho, nível de bateria; fornecimento com carregador de baterias com carregamento estimado em 7h do mesmo fabricante do transmissor e receptor; fornecimento com baterias recarregáveis do mesmo fabricante do transmissor e receptor. Fornecimento com todos os acessórios.

#### **16.2.15. Microfone sem fio tipo headset**

Requisitos mínimos:

Fornecimento com 1 receptor quádruplo, 2 transmissores bodypack com microfone headset, carregador de baterias para carregamento simultâneo dos 2 transmissores; faixa de operação: 2.4Ghz; suporte até 20 canais; criptografia AES128; intervalo de operação: 60m; resposta de frequência de 20Hz a 20kHz; atraso de 3ms; range dinâmico: igual ou superior 109dB; taxa de amostragem 24bit@48kHz; THD menor ou igual a 0,05%; suporte a extensão do sinal de antena a 100m via cabo; permitir controle via software; certificação FCC parte 15; suporte a saída de áudio mixada; permitir cascadeamento de mais de um receptor; conexões do receptor 1x RJ-45 LAN, 4x XLR balanceado, porta de cascadeamento de receptores; tela LCD ou LED do receptor com informação de nível de sinal RF, ID, bateria do transmissor e status do link; transmissor bodypack, com microfone headset condensador, cardioide, RF de saída de 10mW, resposta de frequência de 40Hz a 15kHz, relação sinal ruído de 58dB, tempo estimado de operação de 14 horas, botão on/off, botão de mudo, display para indicação de ID, ganho, nível de bateria; fornecimento com carregador de baterias com carregamento estimado em 7h do mesmo fabricante do transmissor e receptor; fornecimento com baterias recarregáveis do mesmo fabricante do transmissor e receptor. Fornecimento com todos os acessórios.

#### **16.2.16. Sistema de processamento de áudio – Tipo 1**



Requisitos mínimos:

Capacidade de tráfego de 128 canais de áudio via protocolo de áudio digital, compatível com comunicação digital dos amplificadores deste documento, conexões: 16 x entradas de áudio balanceadas dedicadas, 16 x saídas de áudio balanceadas dedicadas, 8 x contatos GPIO, 1 x interface USB In/Out de 8 canais, 1 x porta RJ45 de rede, 2 x portas para comunicação de áudio digital via RJ45 Gigabit, 1 x porta RS-232. Fornecer phantom power para todos os canais de entrada. Indicadores no painel frontal de monitoramento de sinal de áudio. Suporte a criação de interface gráfica de controle e configuração. DSP com configuração de delay, equalizador na entrada e saída, crossover, roteamento e mixer. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.17. **Splitter de áudio**

Requisitos mínimos:

Ter isolamento galvânico entre entradas e saídas de áudio. Ser do tipo passivo. Perda por inserção de 1,5db. Resposta de frequência de 10Hz a 20kHz. Impedância de entrada e saída de sinal de 600 Ohms. Conexões: 4 entradas balanceadas independentes e 4 saídas de áudio balanceadas independentes. Fornecimento com acabamento para instalação fixa em alvenaria/marcenaria conforme local a ser instalado. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.18. **Amplificador – Tipo 1**

Requisitos mínimos:

4 canais amplificados. 4 saídas de 500W@4 Ohms/8 Ohms/70V/100V. Bridge de 1000W@8 Ohms. Fator de amortecimento superior a 100. Resposta de frequência de 20Hz a 20kHz. THD 0,4%. Relação sinal ruído maior que 104 dB. Conectores: 4 x Entradas de áudio balanceadas, GPIO, 1 x RJ-45 (LAN), 2 x Portas para comunicação de áudio digital. DSP com configuração de delay, equalizador na entrada e saída e crossover. Configuração, controle e monitoramento por porta Ethernet. Capacidade de tráfego de 64 canais de áudio via protocolo de áudio digital. Compatível com processador de áudio. Painel frontal com indicação de nível de sinal de áudio, tela LCD ou LED com informações de operação do equipamento, botão de seleção de canais, mute e botão de ligar. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.19. **Amplificador – Tipo 2**

Requisitos mínimos:

4 canais amplificados. 4 saídas de 300W@4 Ohms/8 Ohms/70V/100V. Bridge de 600W@8 Ohms. Fator de amortecimento superior a 100. Resposta de frequência de 20Hz a 20kHz. THD 0,4%. Relação sinal ruído maior que 104 dB. Conectores: 4 x Entradas de áudio balanceadas, GPIO, 1 x RJ-45 (LAN), 2 x Portas para comunicação de áudio digital. DSP com configuração de delay, equalizador na entrada e saída e crossover. Configuração, controle e monitoramento por porta Ethernet. Capacidade de tráfego de 64 canais de áudio via protocolo de áudio digital. Compatível com processador de áudio. Painel frontal com indicação de nível de sinal de áudio, tela LCD ou LED com informações de operação do equipamento, botão de seleção de canais, mute e botão de ligar. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.20. **Caixa de som – Tipo 1**

Requisitos mínimos:

Ter resposta de frequência de 48kHz a 20kHz. Potência de 600W. SPL máximo de 125dB. Sensibilidade de 98db. Cobertura vertical de 25° e horizontal de 150°. Impedância de 8Ohms. Fornecimento com suporte de fixação em alvenaria com ajuste de inclinação e panorâmica.

#### 16.2.21. **Caixas de som – Tipo 2**

Requisitos mínimos:

Resposta de frequência de 60kHz a 20kHz. Potência de 300W. SPL máximo de 125dB. Sensibilidade de 98db. Cobertura vertical de 25° e horizontal de 150°. Impedância de 8Ohms. Fornecimento com suporte de fixação em alvenaria com ajuste de inclinação e panorâmica

#### 16.2.22. **Caixa de som – Tipo 3**

Requisitos mínimos:

Resposta de frequência de 50kHz a 20kHz. Potência de 120W. SPL máximo de 112dB. Sensibilidade de 90db. Cobertura de 100°x100° (HxV). Impedância de 8Ohms. Possuir transformador integrado de 70/100V com seleção de 60W e 30W. Fornecimento com suporte de instalação em piso. Fornecimento com acessórios.

#### 16.2.23. **Caixa de som – Tipo 4**

Requisitos mínimos:

Monitor de áudio amplificado. Resposta de frequência de 80Hz a 20KHz. Potência total de 70W. SPL máximo total de 114dB SPL. Crossover interno. Painel de controle. Controle e ajuste de alta frequência. Entradas de áudio balanceada. Fornecimento com todos os acessórios

#### 16.2.24. **Processadora de automação**

Requisitos mínimos:

Suporte a IPv4 e IPv6. Suporte a IEEE 802.1X. Suporte a programação customizável. Suporte

criptográfico para a proteção de dados. Suporte a TLS e SSH. Operação 24/7. Conexões: 1 RJ-45, 4 RS232, 4 IR, 4

Relés. 512MB de RAM, 8 GB de memória flash. Controle de dispositivos externos via IP. Fornecimento com

1 licença para controle via workstation. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.25. **Tela de controle wireless**

Requisitos mínimos:

tablet com tela entre 10 e 11 polegadas, 64Gb de armazenamento e conectividade Wi-fi. Deverá possuir tela multitoque retro iluminada por LED com tecnologia IPS, resolução mínima de 2360x1640 pixels a 260ppp, suporte a tonalidade de cores true tone, revestimento resistente a impressões digitais e oleosidade e mínimo de 500nits de brilho; deverá possuir CPU com, no mínimo, 6 núcleos, GPU com, no mínimo, 4 núcleos, e Neural Engine com, no mínimo, 16 núcleos; deverá possuir câmera grande-angular de, no mínimo, 12MP, com abertura f/1.8 e foco automático, câmera frontal ultra-angular de, no mínimo, 12MP com abertura f/2.4; As câmeras deverão suportar HDR e gravação de vídeos em FHD; deverá possuir alto-falantes estéreo e no mínimo, dois microfones; deverá possuir conectividade Wi-fi 6 com MIMO 2x2 e Bluetooth 5.2. Deverá possuir sensores touch ID, giroscópio de três eixos, acelerômetro, barômetro, sensor de luz ambiente e bússola digital. Deverá possuir sistema iOS integrado. Fornecimento com estação de carregamento por indução para tablet de 10 a 11 polegadas. Deverá ser composta por 1x capa para tablet com construção sólida e suporte a carregamento por indução (compatível com o tablet indicado acima) e 1x estação de carga por indução com montagem em mesa, compatível com alimentação PoE+. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.26. **Rack de piso 44U's**

Requisitos mínimos:

Padrão 19", 44Us, profundidade de 60cm, teto preparado para sistema de ventilação, porta de vidro temperado fechadura do tipo lingueta redondo com puxador em poliamida, laterais removíveis, abertura superior para passagem de cabos, organizador de cabos laterais, plano móvel frontal e traseiro, capacidade de carga de 1000kg, atendimento a norma EIA-310. Fornecimento com patch panel categoria 6, organizadores de cabos, gaveta de ventilação, 2 régua de tomadas padrão NBR 1436 com 8 tomadas de 10A e disjuntor de proteção e medidor de corrente, placas cegas, bandeja fixa. Fornecimento com todos os acessórios

#### 16.2.27. **Distribuidor de fones de ouvidos**

Requisitos mínimos:

4 saídas amplificadas para fone de ouvido; 2 entradas de áudio; Controle individual para cada saída de volume e controle de seleção de canal de áudio; Impedância de entrada de 100kOhms; Impedância de saída de 11Ohms; Resposta de frequência de 20Hz a 20kHz; Distorção harmônica 0,05% ou inferior; Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.28. **Fones de ouvidos profissionais**

Requisitos mínimos:

Fones de ouvidos profissional para monitoramento de áudio, com drivers dinâmicos de neodímio com 40mm, faixa de resposta de frequência de 15Hz a 20kHz, sensibilidade de 96dB e impedância igual ou superior a 47 Ohms. Deverá possuir cabo com, 3m de comprimento, conector de 3,5mm e acompanhar adaptador para 1/4". Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.29. **Microfones para podcast**

Requisitos mínimos:

Ser dinâmico, com padrão polar Hipercardiode ou Cardiode; ter impedância de 600Ohms; conexão balanceada, ser compatível com montagem em braço articulado, ter sensibilidade de -53dB; ter frequência de resposta mínima de 80-16000Hz; possuir pop filter interno; ser fornecido com braço articulado, com rotação de 360° completo, ter clips para passagem e organização de cabos, ter grampo de instalação em mesa, ser capaz a instalação em mesas de até 50mm. Fornecimento com todos os acessórios

#### 16.2.30. **Fundo infinito verde**

Requisitos mínimos:

Ser de material 100% Algodão; ser na cor verde; ter dimensões de 3 metros x 5 metros; permitir absorção de luz e eliminar a reflexão; ser fornecido com suporte para fundo infinito com largura de 3m, bolsa e dois tripés de Iluminação 3m, quatro barras modulares com 75cm. Fornecimento com todos os acessórios

#### 16.2.31. **Tripé**

Requisitos mínimos:

Material em alumínio com 3 pernas; cabeça de pan e tilt de 3 vias; variação de altura 80 a 180cm; fornecimento com bolsa de transporte; movimento horizontal da coluna; suporte de peso de 12kg. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.32. **Monitor – tipo 5**

Requisitos mínimos:

Monitor de 75", resolução UHD, 16:9, ângulo de visão 178°x178°, tempo de resposta de 8ms, profundidade de cor de 8bits, brilho 300 nits, contraste 1.200:1, conectores: 3 x HDMI, 1 x USB, 1 x RJ45 (LAN), rede wifi, memória interna 8GB, suportar Wake on lan, ter certificação FCC Classe A, caixa de som integrada de 20W, bivolt de 100 — 240V - 50/60 Hz, HDCP 2.2 em ao menos duas portas HDMI, CEC, tempo de vida de

30.000h, operação 16/7; Ser fornecido com suporte de parede com distância da parede de 35mm. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.33. **Câmera PTZ – Tipo 2**

Requisitos mínimos:

Câmera UHD com capacidade de enquadramento automático da câmera no grupo de pessoas presentes à reunião, balanceamento de branco automático e campo de visão diagonal de 90° e zoom de 15x. Ter trava Kensington. Rosca para padrão de instalação em tripé. ter certificações Zoom, Microsoft e Google Meet; ser do tipo plug and play via USB; ser fornecida com controle infravermelho; possuir sistema de privacidade. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.34. **Sistema de processamento de áudio – Tipo 2**

Requisitos mínimos:

Deve possuir conexões 10 canais de entrada e 8 saídas protocolo de áudio digital compatível com o microfone de teto do ambiente; possuir 8 canais com cancelamento de ruído AEC; deve possuir conexões de áudio digital USB com 1 Input e 1 Output USB; possuir tipo de conector de rede RJ45; possuir alimentação do tipo PoE Plus 802.3 at; possuir resposta em frequência entre 20Hz a 20.000Hz; taxa de amostragem 48kHz; faixa dinâmica 20Hz até 20kHz; interface de controle via navegador web; deve permitir salvar até 10 cenários de diferentes configurações e parâmetros; ter criptografia AES-256; possuir cancelamento de eco acústico com 3 níveis de regulagem nos canais com processamento; possuir ajuste de delay nas saídas analógicas e USB para sincronizar o áudio com o vídeo; ter certificações Zoom, Microsoft e Google Meet; ter 1 entrada de desbalanceada, 2 entradas e 2 saídas de áudio balanceadas, 1x porta USB e 1x Porta de Ethernet. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.35. **Microfone de teto**

Requisitos mínimos:

Alimentação ser PoE; gerenciamento via WEB; ter criptografia de áudio digital; latência de 20ms; range Dinâmico de 78 dB; resposta de frequência de 120Hz a 20kHz; ter certificações Zoom, Microsoft e Google Meet; taxa de amostragem de 48kHz; ter cancelamento de ruído AEC; deverá ser fornecido os acessórios para instalação no teto e pendente. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.36. **Amplificador – Tipo 3**

Requisitos mínimos:

Deverá ter Roteamento de saída; deverá possuir silenciamento prioritário; deverá suportar distribuição de áudio 70V e 100V; deverá ter controles independentes de graves e agudos para cada canal de saída; deverá possuir knobs de ajuste de volume com sinal luminoso para cada canal; deverá possuir 4 entradas de sinal de áudio; deverá possuir uma saídas de amplificada de 120 watts; distorção harmônica menor que 0,5%; deverá possuir fonte de alimentação elétrica bivolt; ter fornecido com controlador de volume compatível com o amplificador, suportar instalação até 10 metros. Fornecimento com todos os acessórios.

#### 16.2.37. **Caixa de som – Tipo 5**

Requisitos mínimos:

Resposta de frequência de 90Hz a 20kHz, potência de 60W, SPL máximo de 105dB, sensibilidade de 86db, cobertura vertical de 110° e horizontal de 160°, impedância de 8Ohms, transformador integrado de 70V, construção tipo coluna. Fornecimento com suporte de fixação em alvenaria com ajuste de inclinação e panorâmica. Fornecimento com todos os acessórios.

### 16.3. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS COM FORNECIMENTOS DE PEÇAS**

#### **Execução de Infraestrutura**

Execução dos serviços relacionados às intervenções nas infraestruturas da edificação, referente ao projeto executivo, contemplando instalação de eletrodutos, tubulações, passagens de cabeamentos, adequações e recomposições em forros, paredes, pisos, entre outros.

Fornecimento, passagem e conectorização de cabos e conectores para a implantação do sistema com fornecimento e instalação de material ou acessório que se fizer necessário ao funcionamento do sistema incluso infraestruturas.

#### **Instalações**

Realização de serviços de montagem, instalação física e lógica dos equipamentos ofertados com as configurações necessárias ao seu funcionamento. Execução de serviços pertinentes à instalação de sinal de áudio e vídeo e de comunicação do sistema ofertado. Não faz parte do escopo o fornecimento e instalação e configuração de equipamentos de rede do Contratante.

#### **Programação e configuração**

Fornecimento das licenças dos softwares e execução de suas programações, que compõe a solução, referente às centrais controladoras, matrizes de áudio e/ou de vídeo, equipamentos de vídeo conferência e demais equipamentos. Configurar as cenas de controle, de acordo com as preferências e rotinas operacionais do Contratante.

### **Treinamento**

Prestar o devido treinamento operacional “HandOver”, para a equipe do Contratante, com o repasse de conhecimentos, configuração, manuseio e demais características técnicas inerentes e próprias de cada bem por modelo/tipo à equipe técnica do Contratante. Será de responsabilidade do Contratado a correção dos problemas técnicos decorrentes de erros identificados na execução da instalação e configuração dos equipamentos, sejam operacionais ou por problemas de mau funcionamento. O treinamento será destinado a 6 (seis) servidores da SEFAZ, devendo, ao término, ser emitido e entregue certificado de conclusão aos participantes.

### **Serviços**

A CONTRATADA deverá se reunir com o fiscal do SEFAZ, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da assinatura do Contrato / Pedido de Compras, para:

- Apresentar as características dos serviços a serem executados, por meio de projetos, e dos materiais a serem utilizados, e esclarecer eventuais dúvidas.
- Indicar formalmente um funcionário da CONTRATADA para comunicação com o fiscal da SEFAZ.
- Contratação do fornecimento e instalação, de infraestrutura, materiais, equipamentos, dispositivos e softwares que compõe os sistemas de comunicação audiovisual, compostos por áudio, vídeo, automação de áudio e vídeo, contemplando os procedimentos necessários para fornecimento, entrega, instalação, configuração, programação, homologação, testes e transferência de conhecimentos, bem como garantia pelo período de 12 (doze) meses, para o edifício do SEFAZ, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos
- Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente ao objeto contratado, se esta for prevista na legislação vigente.

### **Planejamento da execução**

Para a execução dos serviços, caso não se tenha motivos contrários, sugere-se a execução do trabalho em um único local por vez. Essa ideia é passível de alteração caso o SEFAZ possua, no momento da execução, pouca demanda de locais para reuniões e a empresa executante tenha mão de obra disponível. Abaixo são descritas as adequações necessárias para os ambientes:

- Agendamento do ambiente para execução dos serviços;
- Captação dos projetos existentes (instalações, arquitetura e estrutura);
- Avaliação das infraestruturas existentes, a fim de identificar a necessidade de passagem de novos encaminhamentos ou seu reaproveitamento;
- Elaboração de projeto executivo em BIM, com os encaminhamentos, tipos de cabos e posicionamento de equipamentos a ser aprovado pela SEFAZ;
- Elaboração de projeto executivo, com os encaminhamentos, tipos de cabos e posicionamento de equipamentos a ser aprovado pelo SEFAZ;
- Elaboração de projeto executivo da estrutura de fixação do Led a ser aprovado pelo SEFAZ.
- Execução da infraestrutura e passagem de cabeamento conforme projetos executivos;
- Fornecimento de quadro elétrico específico para atendimento do ambiente, com quantidade de disjuntores suficientes para atendimento da solução e especificados em projeto executivo, a ser alimentado por rede de no-break (alimentação vinda de quadro elétrico existente, onde não faz parte do escopo da Contratada tal execução, estando esta limitada a informar o SEFAZ qual a carga total destinada no quadro a ser executado, e competindo o SEFAZ a execução da infraestrutura necessária para atendimento do quadro proposto);
- Cabe a SEFAZ o fornecimento do ponto de rede para conexão com a internet destinados ao atendimento de toda a solução ofertada para o ambiente.
- Caso necessário adequação da infraestrutura (eletrodutos, eletrocalhas, cabos, caixas de passagem etc.), para implementação do novo equipamento / solução, esta será executada pela equipe de engenharia da SEFAZ AC, mediante projeto prévio a ser apresentado pela Contratada.

• Os serviços serão prestados no endereço: **Rua Benjamin Constant, 946 - CEP: 69.900-062 – Centro – Rio Branco/Acre.**

## **17. APÊNDICE “B” - CROQUI ESTRUTURAL DO PROJETO , LAYOUT SALA DE REUNIÃO E AUDITÓRIO**

### **17.1. CROQUI ESTURAL DO PROJETO**

- 17.1.1. Documentos anexados aos autos a serem disponibilizados aos licitantes eletronicamente para consulta.

## 17.2. SALA DE REUNIÃO - LAYOUT

### 17.3. AUDITÓRIO - LAYOUT

## 17.4. PROJETO AUDITÓRIO

18. **APÊNDICE “C” - MODELO DE PROPOSTA**

Quando da elaboração de sua proposta, as empresas participantes deverão informar marca/modelo e fabricante dos equipamentos ofertados para atender a solução proposta, conforme descritos no *APÊNDICE "A"* do edital, a fim de serem avaliados pela equipe técnica da contratante, da compatibilidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

Todos os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso.

Declaro que serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Termo de Referência –Anexo I do Edital.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Data e local.

**Assinatura do Representante Legal da Empresa**



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ GUILHERME SILVA DE SOUSA**, Técnico em Gestão Pública, em 30/03/2026, às 14:01, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020065553** e o código CRC **CFB98479**.

## ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

### MINUTA

### CONTRATO Nº \_\_/2026

	TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE _____ Nº XX/2026 QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COMO CONTRATANTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX _____ COMO CONTRATADA.
--	---

(PROCESSO SEFAZ/SEI/ Nº : 0715.004345.00105/2025-83).

Estado do Acre, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.034.443/0001-54 por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/AC, CNPJ nº 04.034.443/0001-54 por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/AC, com sede provisória à Rua 24 de Janeiro, nº 35, Bairro: 06 de Agosto, Rio Branco/AC, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado, Sr. JOSÉ AMARÍSIO FREITAS DE SOUZA, nomeado pelo Decreto nº 4.059-P/2023, de 05 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial nº 13.550, de 07 de junho de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa [NOME DA EMPRESA], pessoa jurídica, CNPJ: [número], situada na cidade de [nome] na [endereço], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. [NOME], domiciliado na cidade de [cidade/estado] na [endereço], em conformidade com a documentação constante do PROCESSO SEFAZ/SEI/ Nº: 0715.004345.00013/2025-01, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica, a vista do disposto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, este CONTRATO DE FORNECIMENTO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMA DE AUDIOVISUAIS, em decorrência do PE nº \_\_\_\_/2026, sob o regime de empreitada por preço unitário, e que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e da Lei Complementar nº 123/2006, assim como as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (Lei 14.133, Art. 92, I e II)

1.1. **Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento, instalação e integração de Sistemas Audiovisuais**, visando modernização do auditório e salas de reuniões localizadas no prédio sede da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, para proporcionar uma melhor experiência para os espectadores presenciais e garantir acessibilidade durante a realização de eventos institucionais, como reuniões, seminários, congressos, simpósios e palestras, conforme as exigências, especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se, independentemente de transcrição ao:

- 1.2.1. Edital.
- 1.2.2. Termo de Referência.
- 1.2.3. Proposta da CONTRATADA.
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Lei 14.133, Art. 92, III)

2.1. A legislação e normas que regem esta contratação estão listadas abaixo, sem prejuízo da aplicação de outras regras dispostas em normas complementares que regulam os processos licitatórios na Administração Pública Estadual.

- 2.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 2.1.2. Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- 2.1.3. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as alterações da Lei Complementar nº 147, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
- 2.1.4. Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023 – Regulamenta, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Acre, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2.1.5. Demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE FORNECIMENTO (Lei 14.133, Art. 92, IV)



3.1. A entrega do objeto dar-se-á da forma não parcelada, conforme os termos estabelecidos no subitem 3.2.1 do Termo de Referência que é parte integrante deste Termo de Contrato independentemente de transcrição.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - PREÇO (Lei 14.133, Art. 92, V)

4.1. O preço da contratação é de R\$...... (.....), conforme detalhado abaixo.

Item	Descrição dos Serviços	Unid	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01					
02					
03					
04					

4.2. Estão incluídos no preço todos os custos de fornecimentos e serviços, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas, transportes, equipamentos e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (Lei 14.133, Art. 92, V e VI)

5.1. As regras para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes, constam no item 9 e subitens do Termo de Referência que é parte integrante deste Termo de Contrato independentemente de transcrição.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS (Lei 14.133, Art. 92, V)

##### 6.1. Reajuste

6.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade (art. 6º, LVIII, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.1.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.1.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.1.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

##### 6.2. Revisão

6.2.1. Os preços poderão ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos insumos desde que atendidas as disposições contidas no Art. 124, II, “d” da Lei nº 14.133 de 2021, e será concedida a revisão desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela CONTRATADA e após a análise técnica e jurídica da CONTRATANTE. Em sendo concedida ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido.

6.2.2. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL (Lei 14.133, Art. 124 e seguintes)

7.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

##### 7.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

[a] Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.

[b] Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei.

##### 7.1.2. Por acordo entre as partes:

[a] Quando conveniente a substituição da garantia de execução, se exigida.

[b] Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

[c] Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

[d] Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

7.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

7.3. A CONTRATADA é obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133 de 2021).

7.5. Registros que não caracterizam alteração deste Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133 de 2021.

7.6. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Lei 14.133, Art. 92, VIII)**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado do exercício de 2025, na dotação abaixo discriminada:

<b>INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		
	<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
<b>Órgão</b>	715	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
<b>Unidade Orçamentária</b>	001	Unidade Gestora
<b>Programa de Trabalho</b>	04.129.1467.1199.00.00	Modernização da Gestão Tributária.
<b>Elemento de Despesa</b>	4 4.90.51.00.00	Obras e Instalações.
<b>Detalhamento da Conta Orçamentária</b>	92	Instalações.
<b>Fonte de Recurso</b>	1 500.0100	Recursos próprios do tesouro
	1 754.0500	Operações de Crédito
	2 754.0500	Operações de Crédito Superávit

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA – EXECUÇÃO CONTRATUAL (Lei 14.133, Art. 92, IV e VII)**

9.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. As demais condições de execução, incluindo a entrega, montagem e instalação dos equipamentos constam do item 6 e subitens do Termo de Referência que é parte integrante deste Termo de Contrato independentemente de transcrição

## **10. CLÁUSULA DEZ – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (Lei 14.133, Art. 92, XVIII)**

10.1. O modelo de gestão e fiscalização do contrato está estabelecido no item 8 e subitens do Termo de Referência que é parte integrante deste contrato independentemente de transcrição.

## **11. CLÁUSULA ONZE – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (Lei 14.133, Art. 106)**

11.1. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste Termo de Contrato, prorrogável conforme artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante termo aditivo.

11.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA:

11.2.1. A CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas; e

11.2.2. A CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato e, neste caso, adotará as medidas admitidas em lei para continuidade da execução contratual.

## **12. CLÁUSULA DOZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO (Lei 14.133, Art. 96, caput)**

12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021](#), no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual.

12.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura deste contrato.

12.3. No caso de seguro-garantia, sua contratação deverá ser comprovada em até 30 (trinta dias, contados da data da homologação do certame e anterior à assinatura deste contrato (texto compatibilizado com o art. 96, § 3º, da NLLC).

12.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.5. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção deste contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência deste contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência.

12.7. A garantia assegura qualquer que seja a modalidade escolhida o pagamento de:

12.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato.

12.7.2. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

12.7.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

12.7.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

12.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

12.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Administração, em conta específica a ser informada pela CONTRATANTE, com correção monetária.

12.10. No caso de alteração do valor deste contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.12. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.13. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.14. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

12.17. Será considerada extinta a garantia:

12.17.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importância depositada em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.17.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

## **13. CLÁUSULA TREZE – SUBCONTRATAÇÃO (Lei 14.133, Art. 122)**

13.1. Será facultada à Empresa contratada, a subcontratação de outra empresa especializada para a prestação de serviços de instalação dos equipamentos audiovisuais, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, sendo a subcontratação de total responsabilidade da primeira.

13.2. Não será permitida a subcontratação para a manutenção preventiva e corretiva.

## **14. CLÁUSULA QUATORZE – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Lei 14.133, Art. 92, XIV)**

14.1. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto desta contratação, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

14.2. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à fiscalização, prestando

todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

14.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. Adotar todas as providências necessárias para regularização de seu regime tributário junto aos órgãos competentes.

14.5. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao cumprimento do objeto.

14.6. Apresentar a documentação necessária com autenticação.

14.7. Apresentar o documento fiscal detalhando o valor unitário e total dos bens fornecidos.

14.8. Arcar com todos os custos necessários à completa execução deste contrato.

14.9. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto.

14.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.11. Arcar com o pagamento de todas as despesas atinentes à execução do objeto, incluindo as despesas definidas em leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da CONTRATADA, a título de revisão de preço ou reembolso.

14.12. Assegurar condições técnicas e logísticas adequadas e suficientes ao pleno cumprimento do objeto do contrato.

14.13. Assinar o Contrato Administrativo no prazo de máximo de 5 (cinco) dias, a partir da disponibilização por parte da CONTRATANTE.

14.14. Assumir as despesas que incidiram ou venham a incidir sobre este contrato, com exceção da publicação de seu extrato e dos Termos Aditivos pertinentes no Diário Oficial do Estado, cuja publicação será providenciada pela CONTRATANTE.

14.15. Assumir, integralmente, a responsabilidade por quaisquer acidentes nos quais possam ser vítimas seus empregados durante a entrega dos bens/execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE, por omissão, negligência e descumprimento das recomendações técnicas e daquelas estabelecidas no termo de referência.

14.16. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo.

14.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, desde que pertinentes ao objeto contratado e compatíveis com o previsto no presente instrumento.

14.18. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos bens fornecidos e serviços prestados.

14.19. Atender, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, conforme especificado no Termo de Referência, a toda reclamação porventura ocorrida, prestando à CONTRATANTE, quando for o caso, os esclarecimentos e correções/adequações que se fizerem necessária.

14.20. Colocar à disposição da CONTRATANTE, os meios necessários à comprovação da qualidade dos bens/serviços, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no termo de referência;

14.21. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas os motivos que eventualmente impossibilitem a entrega e/ou a prestação dos serviços no prazo estipulado, nos casos em que houver impedimento justificado para funcionamento normal de suas atividades, sob a pena de sofrer as sanções da Lei 14.133/2021.

14.22. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, acerca de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

14.23. Cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e neste contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.24. Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE para o fiel desempenho na execução do objeto.

14.25. Cumprir os prazos estabelecidos.

14.26. Cumprir tempestiva e corretamente as condições estipuladas no Termo de Referência e neste Contrato, no que concerne ao prazo e as condições neles estipuladas.

14.27. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

14.28. Dirigir, supervisionar, administrar, contratar pessoal e fornecer os recursos materiais necessários à execução do objeto deste instrumento, sob sua única e exclusiva responsabilidade.

14.29. Dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários pela CONTRATANTE.

14.30. Disponibilizar uma conta e-mail para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço comercial e os números de telefone.

14.31. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado do respectivo documento fiscal, no qual constarão os preços, as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

14.32. Emitir o documento fiscal no valor pactuado juntamente com as comprovações de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal, apresentando-as à CONTRATANTE para ateste e pagamento.

14.33. Entregar e instalar os equipamentos no Prédio Sede da SEFAZ, CONTRATANTE, em até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato.

14.34. Executar o objeto de acordo com as normas técnicas em vigor e as condições e especificações apresentadas em sua proposta, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade pré-determinados, bem como a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

14.35. Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas da CONTRATANTE, sob pena de se constituir em inadimplência contratual.

14.36. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, originais do fabricante e que atendam às descrições apresentadas no termo de referência.

14.37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.38. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do não cumprimento do contrato, após processo administrativo de apuração.

14.39. Manter, durante toda a vigência da execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme estabelece o art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021.

14.40. Manter atualizados os dados da CONTRATADA e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, fax, e-mail dentre outros.

14.41. Manter os contatos com a CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução do contrato que, posteriormente, devem sempre ser confirmados por escrito, dentro de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de contato.

14.42. Manter atualizado o seu cadastro junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC.

14.43. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar os empregados nesse sentido.

14.44. Não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante o período de execução do contrato.

14.45. Não transferir a outrem, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

14.46. Nomear um preposto responsável pelo gerenciamento das entregas, com poderes de representante para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, enviando ao Gestor o nome, o endereço, e-mail e o telefone de contato da pessoa indicada.

14.47. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, devendo ainda atender prontamente as reclamações.

14.48. Obedecer aos prazos preestabelecidos para execução do objeto.

14.49. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE relativo ao objeto contratado, providenciando toda e qualquer solicitação de reformulação do mesmo, com vistas ao atendimento das necessidades da CONTRATANTE, bem como apresentar documentos contábeis, fiscais e financeiros, ante os fiscos federal, estadual e municipal.

14.50. Prestar os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no fornecimento dos bens/serviços sempre a ela imputáveis.

14.51. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pilhas e baterias, etc....

14.52. Providenciar o transporte, acondicionamento e a entrega, inclusive o descarregamento e instalação dos equipamentos r/ou bens envolvidos na prestação dos serviços.

14.53. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

14.54. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução do objeto e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados.

14.55. Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os bens/serviços não aceitos pela

CONTRATANTE, por vícios, defeitos ou incorreções ou ainda que durante o prazo de garantia/validade, venham a apresentar defeitos de fabricação ou se mostrar impróprio para uso, hipóteses que deverão ser corrigidas no prazo de no máximo 72 (setenta e duas) horas a partir da ciência da rejeição.

14.56. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.

14.57. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da contratação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ressalvados os casos de urgência, nos quais a CONTRATANTE poderá solicitar resposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.58. Responder civil e penalmente por quaisquer danos ocasionados à CONTRATANTE e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

14.59. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.60. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venham a serem vítimas os seus empregados ou prepostos quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhe assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

14.61. Responsabilizar-se pela qualidade do bem/serviço, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no termo de referência e neste contrato.

14.62. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

14.63. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente.

14.64. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

14.65. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição estipulada no contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

14.66. Ressarcir a CONTRATANTE do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do objeto licitado, exceto quando isso ocorrer por exigência da própria CONTRATANTE, ou ainda por caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

14.66.1. Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, a CONTRATANTE poderá abatê-los da cobrança relativa aos serviços prestados pela CONTRATADA, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

14.67. Retirar a Nota de Empenho no prazo consignado na notificação.

14.68. Solucionar qualquer tipo de problema relacionado a execução do objeto.

14.69. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina, por ela instituídos, mantendo-os devidamente uniformizados e identificados por crachá.

14.70. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

14.71. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e neste Contrato, o objeto com avarias ou defeito.

14.72. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990).

14.73. Zelar pela veracidade das informações e pela manutenção dos registros relativos aos bens/serviços fornecidos.

14.74. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

## **15. CLÁUSULA QUINZE – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Lei 14.133, Art. 92, XIV)**

15.1. Acompanhar os procedimentos a serem realizados pelos Fiscais da contratação.

15.2. Acompanhar a entrega e instalação dos equipamentos, conferindo quantidades, integridade das embalagens e especificações técnicas, atestando o recebimento provisório, por intermédio do Gestor/Fiscal do contrato.

15.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

15.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando se fizerem necessárias.

15.5. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, durante o horário de expediente, desde que estejam devidamente identificados.

15.6. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato,

- 15.7. Atestar os documentos fiscais correspondentes, por intermédio do representante designado para este fim.
- 15.8. Autorizar a devolução da garantia à CONTRATADA, se exigida, após o encerramento do contrato.
- 15.9. Cientificar a Consultoria Jurídica da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.
- 15.10. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto, para adoção das providências cabíveis.
- 15.11. Comunicar formalmente à CONTRATADA, através de correspondências ou aditivos contratuais, sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados.
- 15.12. Comunicar à CONTRATADA para emissão do documento fiscal relativo à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.13. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 15.14. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de contrato.
- 15.15. Designar servidor(es) para atuar(em) como fiscal(is) do contrato, devendo o(s) mesmo(s) acompanhar(em) e fiscalizar(em) a entrega do bem e/ou execução dos serviços, zelando pelo seu fiel cumprimento.
- 15.16. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no termo de referência e neste contrato.
- 15.17. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor do documento fiscal fornecido pela CONTRATADA.
- 15.18. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, na forma no artigo 123 da Lei 14.133/21.
- 15.18.1. Salvo disposição legal, concluída a instrução do requerimento, a CONTRATANTE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 15.19. Emitir nota de empenho de despesa e autorização da contratação, que indicará quantidades do objeto, local, prazos de entrega e os preços unitário e total dos serviços.
- 15.20. Examinar a conformidade dos equipamentos instalados com a solicitação do Gestor e atestar os documentos de despesa, quando provado o correto fornecimento.
- 15.21. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.22. Expedir, se necessária, por escrito, as advertências dirigidas à CONTRATADA.
- 15.23. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 15.24. Exigir o afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que venha a causar embaraços ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- 15.25. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, fazendo-as cumprir.
- 15.26. Fornecer crachá de acesso às dependências da CONTRATANTE, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA.
- 15.27. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares colaborando com a CONTRATADA, quando solicitada.
- 15.28. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários.
- 15.29. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e revisões.
- 15.30. Manter os contatos com a CONTRATADA por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência que, posteriormente, devem ser confirmados por escrito no prazo de até 72 (setenta e duas) horas.
- 15.31. Não aceitar, sob nenhum pretexto, transferência de responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representante ou quaisquer outros.
- 15.32. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA.
- 15.33. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 15.34. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratual, para que



seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

15.35. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa.

15.36. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do objeto.

15.37. Observar as obrigações resultantes da Lei nº 14.133/2021.

15.38. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da execução do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

15.39. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às dependências da CONTRATANTE para a entrega, montagem e instalação dos equipamentos, nos horários de expediente normal ou em horários constantes em acordos firmados entre as partes.

15.40. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitado pela CONTRATADA quando necessários ao fornecimento do objeto.

15.41. Proceder ao recebimento, atestar os respectivos documentos fiscais e proceder à liquidação e ao pagamento dos bens entregues/instalados e/ou serviços prestados.

15.42. Promover o pagamento do preço correspondente ao valor da autorização de fornecimento, no prazo de até 15 (quinze) dias após a apresentação do documento fiscal de cobrança, de acordo com o previsto no Termo de Referência e no Contrato, não sendo obrigada a solicitar uma quantidade mínima em quaisquer pedidos.

15.43. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa proceder a entrega do bem/execução do serviço dentro do estabelecido nesta contratação.

15.44. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e neste contrato.

15.45. Registrar os casos de atraso ou desatendimento das especificações, a fim de adotar as providências cabíveis, informando à CONTRATADA as irregularidades constatadas.

15.46. Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço prestado ou bem fornecido fora das especificações constantes no termo de referência e neste contrato.

15.47. Responder, por danos ou prejuízos causados à CONTRATADA a em decorrência de comprovada ação culposa da CONTRATANTE.

15.48. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

15.49. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do objeto.

15.50. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990).

15.51. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

15.52. Verificar a regularidade da CONTRATADA, junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC, antes de cada pagamento.

15.53. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da CONTRATADA junto à Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.

15.54. Zelar para que durante toda a vigência deste contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.

## **16. CLÁUSULA DEZESSEIS – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Lei 14.133, Art. 156)**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

16.1.1. Dar causa à inexecução parcial desse contrato.

16.1.2. Dar causa à inexecução parcial desse contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.1.3. Dar causa à inexecução total desse contrato.

16.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

16.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução desse contrato.

16.1.6. Praticar ato fraudulento na execução desse contrato.

16.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

#### 16.2.1. **Advertência:**

[a] Quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial desse contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### 16.2.2. **Multa:**

[a] Multa moratória de 0,5% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

§ [a1] O atraso superior a 30 dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção desse contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

[b] Multa compensatória para as infrações descritas nos subitens 16.1.5 a 16.1.8 de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

[c] Multa compensatória para a inexecução total desse contrato prevista no subitem 16.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

[d] Para a infração descrita no subitem 16.1.2 a multa será de 8% (oito por cento) do valor do contrato.

[e] Para infrações descritas no subitem 16.1.4, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

[f] Para a infração descrita no subitem 16.1.1, a multa será de 0,3% (três décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

#### 16.2.3. **Impedimento de licitar e contratar:**

[a] Quando praticadas as condutas descritas nos subitens 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### 16.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:**

[a] Quando praticadas as condutas descritas nos subitens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, desse contrato, bem como nos subitens 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

16.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.5.4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

16.5.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.7. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de

análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.8. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.9. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no LICON e publicadas no Diário Oficial do Estado.

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.11. Os débitos da contratada para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com a contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **17. CLÁUSULA DEZESSETE – EXTINÇÃO CONTRATUAL (Lei 14.133, Art. 137)**

17.1. Este contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

[a] Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

[b] Poderá a CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3. Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133 de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

[a] Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

17.4.3. Indenizações e multas.

17.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133 de 2021).

17.6. Esse contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei nº 14.133 de 2021).

17.7. A CONTRATANTE poderá, ainda, nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

17.8. A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133 de 2021 e reconhece os direitos da CONTRATANTE previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

## **18. CLÁUSULA DEZOITO – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

18.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

## **19. CLÁUSULA DEZENOVE – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI ANTICORRUPÇÃO**

19.1. As partes se comprometem a atuar exclusivamente dentro do escopo da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da

Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

19.2. Fica vedado as partes signatárias deste contrato, oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

**20. CLÁUSULA VINTE – CASOS OMISSOS (Lei 14.133, Art. 92, III)**

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133 de 2021, e demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**21. CLÁUSULA VINTE E UM – PUBLICAÇÃO (Lei 14.133, Art. 94, caput)**

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, da Lei n.º 14.133, de 2021. Caberá ainda, à CONTRATANTE, a divulgação no LICON e a publicação no Diário Oficial do Estado do Acre.

**22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – FORO (Lei 14.133, Art. 92, § 1º)**

22.1. Fica eleito foro da comarca de Rio Branco/AC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme disposto no art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo de contrato, em uma via digital e para uma única finalidade de direito, que, depois de lida e achada em ordem, segue assinado eletronicamente pelos representantes das partes, para que surtam seus efeitos legais.

Rio Branco - AC,...../...../.....

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

**EXTRATO**

**CONTRATO Nº XXX/2025**

PROCESSO: 0715.004345.00105/2025-83/ PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026

DAS PARTES: O ESTADO DO ACRE, através da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA e a empresa .....

DO OBJETO: **Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento, instalação e integração de Sistemas Audiovisuais**, visando estabelecer uma infraestrutura de videomonitoramento e controle de acesso de pessoas e veículos atualizada e eficiente, nas dependências da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, conforme as exigências, especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado do exercício de 2026, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade Executora	Programa de Trabalho	Código da Despesa	Fonte de Recurso
xxxxx01	04.129.1467.1199.00.00	xxxxxxxxxx	1.500.0100
			1.500.0500

DO VALOR: R\$ xxx,xx (valor por extenso).  
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.  
DA VIGÊNCIA: Data da assinatura até dd/mm/aaaa.

DATA DA ASSINATURA: dd/mm/aaaa.

SIGNATÁRIOS: pela CONTRATANTE o Senhor José Amarísio Freitas de Souza, Secretário de Estado da Fazenda e pela  
CONTRATADA o Senhor ....., .....

### ANEXO III DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

#### **CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 16. DO TERMO DE REFERÊNCIA**

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

#### **Notas:**

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.